

Sumário

Número de notícias: 36 | Número de veículos: 31

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Aumento de despesas ajuda no deficit 4

CORREIO DE SERGIPE - ARACAJU - SE - ECONOMIA/NACIONAL
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Simple Nacional: microempresas podem aderir até 4a 5

DIÁRIO DO COMÉRCIO - BELO HORIZONTE - MG - FINANÇAS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Rombo federal é de R\$ 230,5 bi em 2023 6

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

Rombo fiscal de 2023 é o maior desde a pandemia da covid-19 8

JORNAL DE BRASÍLIA - DF - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

Rombo é de R\$ 230,5 bilhões 10

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
SEGURIDADE SOCIAL

Contas têm 2º maior rombo da história 12

CORREIO DE SERGIPE - ARACAJU - SE - ECONOMIA/NACIONAL
SEGURIDADE SOCIAL

Contas públicas registraram déficit de R\$ 230,5 bi 13

ESTADO DE MINAS - BELO HORIZONTE - MG - POLÍTICA
SEGURIDADE SOCIAL

Precatório eleva déficit nas contas públicas a R\$ 230 bi 14

GAZETA DE ALAGOAS - AL - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

Contas públicas federais têm rombo de R\$ 230,5 bi em 1º ano do governo Lula 15

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

O 2º pior da história 16

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
SEGURIDADE SOCIAL

INSS deve economizar mais de R\$ 10 bi, diz Lupi 18

A TRIBUNA - ES - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

Empréstimo maior do INSS 20

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
SEGURIDADE SOCIAL

Alta de gastos e "receitas incertas" devem afetar meta fiscal em 2024 23

DEZ MINUTOS - MANAUS - AM - SEU BOLSO
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Micro e pequenas empresas podem aderir ao Simples até esta quarta-feira 25

DIÁRIO DO COMÉRCIO - BELO HORIZONTE - MG - LEGISLAÇÃO
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Prazo de opção das micro e pequenas empresas pelo Simples vence amanhã 27

Terça-Feira, 30 de Janeiro de 2024

VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Contribuintes saíram derrotados na maioria dos julgamentos do Supremo e STJ em 2023	28
.....	
CORREIO DO POVO - PORTO ALEGRE - RS - ECONOMIA SEGURIDADE SOCIAL	
Déficit alcança R\$230,5 bilhões	30
DIÁRIO DE PERNAMBUCO - RECIFE - PE - ECONOMIA SEGURIDADE SOCIAL	
STF retoma revisão da vida toda na quinta	31
DIÁRIO DO COMÉRCIO - BELO HORIZONTE - MG - LEGISLAÇÃO SEGURIDADE SOCIAL	
STF retoma julgamento de revisão da vida toda	32
DIÁRIO DO COMÉRCIO - BELO HORIZONTE - MG - LEGISLAÇÃO SEGURIDADE SOCIAL	
Correção vai valer por até dez anos	34
AGÊNCIA BRASIL - ECONOMIA SEGURIDADE SOCIAL	
Caixa paga novo Bolsa Família a beneficiários com NIS de final 9	35
AGÊNCIA BRASIL - JUSTIÇA SEGURIDADE SOCIAL	
STF retomará quinta-feira julgamento sobre revisão da vida toda	36
FOLHA ONLINE - SP - FOLHAJUS REFORMA TRIBUTÁRIA	
CGU diz que índice de percepção da corrupção deve ser visto com cautela	38
FOLHA ONLINE - SP - GOVERNO LULA REFORMA TRIBUTÁRIA	
Brasil cai 10 posições em ranking de percepção da corrupção, diz estudo	40
G1 - NACIONAL - POLÍTICA REFORMA TRIBUTÁRIA	
Brasil cai 10 posições em ranking que mede percepção sobre corrupção	42
ESTADO DE MINAS - BELO HORIZONTE - MG - ECONOMIA SEGURIDADE SOCIAL	
Gasolina, diesel e gás ficam mais caros com novo ICMS	44
VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS	
Ativos podem passar por revisão	46
A GAZETA - MT - OPINIÃO TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS	
Justiça fiscal e Imposto de Renda (Artigo)	48
O GLOBO - RJ - ECONOMIA ECONOMIA	
Infraestrutura: recursos não chegarão a 2% do PIB	49
VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL ECONOMIA	
O que preocupa é a trajetória prevista para a dívida	50
CORREIO BRAZILIENSE - ON LINE - NOTÍCIAS REFORMA TRIBUTÁRIA	
Os equívocos das projeções econômicas de 2023	51

Terça-Feira, 30 de Janeiro de 2024

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
REFORMA TRIBUTÁRIA

Mercadante nega que juro menor para NIB afete política monetária..... 53

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS
ECONOMIA

Dólar testa R\$ 4,95 em ajustes antes do Fed..... 55

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS
ECONOMIA

Tesouro Direto terá título para aluguel e financiamentos em 2024..... 57

CORREIO DO POVO - PORTO ALEGRE - RS - ECONOMIA
ECONOMIA

Nova portaria permite estender o Desenrola..... 58

DIÁRIO DE PERNAMBUCO - RECIFE - PE - GIRO
ECONOMIA

Argentina: maior inflação do mundo..... 59

Aumento de despesas ajuda no deficit

O saldo deficitário de R\$ 230,5 bilhões nas contas públicas de 2023 foi resultado do descompasso entre a arrecadação e os gastos. A receita líquida, de R\$ 1,9 trilhão, encolheu 2,2% em relação a 2022, em termos reais (descontada a inflação). Enquanto isso, as despesas avançaram 12,5%, na mesma base de comparação, para R\$ 2,1 trilhões, conforme os dados do Tesouro Nacional divulgados ontem.

Além do pagamento dos precatórios, quedas na arrecadação de receitas importantes contribuíram para esse resultado negativo de 2,1% do Produto Interno Bruto (PIB), o segundo maior rombo nominal das contas públicas da série histórica do Tesouro Nacional.

A arrecadação do Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Sobre o Lucro Líquido (CSLL), de 11,8%, e das concessões e de dividendos, que despencaram 82% e 44,7%, respectivamente. Ainda houve redução de 21,1% nas receitas não administradas pela Receita Federal, uma vez que o desempenho positivo das commodities de 2022 não se repetiu em 2023. As administradas, por sua vez, caíram 1%, no último ano, porém com a rubrica "Outras Receitas Administradas pela Receita" cresceram 39,5%. "Parte das medidas fiscais aprovadas pelo Executivo no decorrer do ano passado afetam diretamente essa rubrica, como o imposto sobre exportação de óleo bruto e o programa de redução de litigiosidade, que, em conjunto, arrecadaram cerca de R\$ 10 bilhões em 2023", observou Felipe Salto, economista-chefe da Warren Investimentos.

Do lado das despesas, houve aumento de 42,4% das obrigatórias com controle de fluxo, onde está o Bolsa Família, além do crescimento de 7,9% dos benefícios previdenciários, impactados, especialmente, pela correção acima da inflação do salário mínimo. Os gastos discricionários cresceram 15,3%.

Tiago Sbardelotto, economista da XP Investimentos, ressaltou que o aumento de medidas arrecadatórias implementadas em 2023 não foram suficientes para compensar a queda nas receitas não tributárias, como concessões e dividendos "Excluindo os eventos extraordinários do resultado primário, teríamos um deficit de R\$ 146,8 bilhões (1,3% do PIB), longe da meta "informal" do governo de um deficit de 1% do PIB", completou.

O economista da XP acredita que as medidas recém-

aprovadas pelo Congresso para aumentar as receitas devem ter um efeito positivo, "mas não o suficiente para atingir a meta de deficit zero, uma vez que a base de 2023 ficou muito abaixo do estimado pelo projeto de lei orçamentária". Ele lembrou que algumas receitas incluídas no Orçamento permanecem "altamente incertas", como os R\$ 34,5 bilhões das concessões ferroviárias e os R\$ 35 bilhões da mudança nos subsídios do ICMS.

"Além disso, ainda vemos pressão proveniente de gastos relacionados à previdência e assistência social, o que poderia exigir algum bloqueio nas despesas discricionárias (mas não deve aumentar o gasto total)". A projeção do analista é que o saldo primário do governo central atingirá um deficit de R\$ 74,5 bilhões, em 2024, correspondente a 0,6% do PIB.

"Resultado ficou longe da meta "informal" do governo" Tiago Sbardelotto, economista da XP

Simple Nacional: microempresas podem aderir até 4a

As micro e pequenas empresas de todo o país têm até esta quarta-feira (31) para optar pelo Simple Nacional, o Regime Especial Unificado de Arrecadação de **Tributos** e Contribuições. Para participar é necessário que o empreendimento esteja regular com as obrigações previstas em lei, como estar em dia com pagamentos do programa e ter cumpridas as normas trabalhistas e previdenciárias.

recolher em uma mesma guia, por meio de alíquota única, **tributos** federais junto com o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), recolhido por estados e Distrito Federal, e o Imposto Sobre Serviços (ISS), recolhido pelo município.

Site: <https://digital.maven.com.br/pub/correiodesergipe/>

Segundo a **Receita Federal**, até quarta-feira (24), dos 739.679 processos de opção iniciados, foram atendidos 258.620. Os outros 481.059 permanecem pendentes por apresentarem irregularidades com a União, estados, Distrito Federal ou município.

A orientação nesses casos é que o contribuinte se informe pelo próprio sistema, no Portal do Simple Nacional, por meio da opção "Acompanhamento da Formalização da Opção pelo Simple Nacional". Nela é possível acessar o Relatório de Pendências, que reúne as observações e instruções para resolver as irregularidades e ingressar no programa.

O prazo regulamentar vale para empresas que já estão em atividade e, após a confirmação da opção pelo Simple Nacional, tem efeito retroativo ao dia 1o de janeiro de 2024. Para novas empresas, é possível aderir ao Simple Nacional em até 30 dias após a inscrição municipal ou estadual, com limite máximo de 60 dias de abertura do CNPJ, data considerada para efeito retroativo.

MEI

Além de optar pelo Simple Nacional, os Microempreendedores Individuais (MEI) que queiram aderir ao regime também precisam solicitar enquadramento no sistema de recolhimento em valores fixos mensais, o Simei. O prazo limite é igual ao de adesão ao programa e também é necessário estar em dia com as obrigações legais.

Regime especial

Para optar pelo Simple Nacional é necessário que a micro ou pequena empresa fature o limite de R\$ 4,8 milhões, ao ano. Para o MEI o limite anual de faturamento é de R\$ 81 mil.

A opção pelo regime especial permite ao contribuinte

Rombo federal é de R\$ 230,5 bi em 2023

Brasília - No primeiro ano do governo de Luiz Inácio Lula da Silva (PT), as contas do governo central tiveram um rombo de R\$ 230,5 bilhões em 2023, o equivalente a 2,12% do Produto Interno Bruto (**PIB**). Trata-se do pior resultado desde 2020, ano da pandemia de Covid-19.

O resultado foi influenciado pela regularização dos precatórios, dívidas judiciais que haviam sido adiadas pela gestão de Jair Bolsonaro (PL). No fim do ano passado, o governo Lula obteve autorização do Supremo Tribunal Federal (STF) para quitar um passivo de R\$ 92,4 bilhões.

Mesmo sem o pagamento dos precatórios, o déficit teria sido de R\$ 138,1 bilhões, o equivalente a 1,27% do **PIB**.

Nesta comparação, apenas o segundo mandato de Dilma Rousseff (PT) teve um resultado pior no primeiro ano da gestão. Em 2015, o rombo foi de R\$ 183,1 bilhões devido à regularização das chamadas pedaladas fiscais. Em 2019, primeiro ano da gestão Bolsonaro, o déficit foi de R\$ 122,6 bilhões. Os valores foram atualizados pela **inflação**.

O resultado de 2023 foi pior do que a meta traçada pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad, que prometeu entregar um déficit de até 1% do **PIB** no primeiro ano da administração.

Antes mesmo da posse de Lula, o governo atuou no Congresso Nacional para aprovar uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que autorizou a ampliação de até R\$ 168 bilhões nos gastos em 2023 para recompor ações do orçamento que estavam estranguladas por cortes de até 95%.

A elevação dos gastos deflagrou uma piora nas expectativas em relação à trajetória fiscal. A equipe econômica chegou a lançar, ainda em janeiro, medidas para recompor as receitas de 2023, mas boa parte não rendeu o esperado ou foi desidratada após longa negociação com o Congresso.

O déficit indica que o governo gastou mais do que arrecadou no ano passado. O dado divulgado ontem agrega estatísticas do Tesouro Nacional, Banco Central (BC) e Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**). A série foi iniciada em 1997.

Para a aferição oficial do cumprimento da meta fiscal, o STF autorizou o governo a descontar os gastos com

a regularização dos precatórios. Por outro lado, o resultado fiscal ainda vai ter uma piora adicional de R\$ 26 bilhões, referentes ao resgate de valores abandonados nas contas do Fundo PIS/Pasep.

O BC, órgão responsável pelas estatísticas oficiais das finanças públicas, não considera os recursos do fundo como receita primária, uma metodologia distinta da adotada pelo Tesouro Nacional. Por isso, o rombo a ser anunciado pelo BC será ainda maior.

Ainda assim, a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) autoriza um rombo de até R\$ 213,6 bilhões, o que corresponde a 2% do **PIB**. Portanto, os números não devem indicar um descumprimento formal da regra.

Em seu discurso de posse, em janeiro de 2023, Haddad disse que não iria aceitar um resultado "que não seja melhor do que os absurdos R\$ 220 bilhões de déficit previstos no Orçamento".

A partir daí, a Fazenda traçou a meta informal de 1% do **PIB**, que em março chegou a virar 0,5%, um objetivo ainda mais ambicioso, mas que logo foi abandonado. (Idiana Tomazelli e Adriana Fernandes/FolhaPress)

Precatórios contribuíram para piora fiscal Brasília - Boa parte da piora do fiscal em 2023 se deve ao pagamento de precatórios e efeitos extraordinários, segundo o secretário do Tesouro Nacional, Rogério Ceron. "Nossa sinalização para o horizonte de médio prazo é uma reversão dessa tendência", afirmou durante entrevista coletiva.

"Esperamos atingir o equilíbrio ou até [um resultado] positivo nos próximos anos", acrescentou. Segundo ele, o governo espera que o movimento de recuperação fiscal "fique mais nítido" em 2024.

Haddad estipulou uma meta de déficit zero para este ano, mas esse objetivo enfrenta ceticismo do mercado financeiro e da própria ala política do governo. "Estamos com metas arrojadas que serão perseguidas", afirmou o secretário.

Entre as medidas extraordinárias que acentuaram o déficit, Ceron elencou a antecipação da compensação pelas perdas dos governos regionais após o Congresso, apoiado pelo governo Bolsonaro, limitar as alíquotas de ICMS sobre combustíveis, energia, transporte e telecomunicações.

Em meio à penúria das prefeituras e à demanda por um socorro federal, o governo Lula aceitou antecipar a parcela que seria paga em 2024. O impacto total foi de R\$ 21 bilhões. Houve ainda um aporte de R\$ 6,1 bilhões no fundo que vai bancar a nova bolsa para alunos do ensino médio e uma capitalização de R\$ 1,4 bilhão no Banco no Nordeste.

No entanto, não foram só essas despesas que cresceram. Segundo os dados do Tesouro, o gasto com subsídios e subvenções teve uma alta real de 34,4%, de R\$ 16,4 bilhões para R\$ 22 bilhões.

Além disso, houve uma intensificação dos empenhos e pagamentos de despesas pelos ministérios no mês de dezembro, o que reduziu o chamado "empenhamento" - quando os órgãos têm limites disponíveis para gastar, mas não conseguem porque esbarram em restrições técnicas, como problemas de projeto ou licenciamento.

Em novembro, o empenhamento estava em R\$ 34,4 bilhões. Já em dezembro, esse valor caiu significativamente, fechando o ano em R\$ 19,8 bilhões.

Do lado das receitas, a **Receita Federal** divulgou na semana passada que a arrecadação federal teve uma queda real de 0,12% no ano passado, já descontada a **inflação**. Nos dados do Tesouro, a queda foi ainda maior, de 2,8% em termos reais, influenciadas negativamente por concessões, dividendos de estatais e royalties. (Idiana Tomazelli e Adriana Fernandes/FolhaPress)

Site: <https://diariodocomercio.com.br/versao-imprensa/>

Rombo fiscal de 2023 é o maior desde a pandemia da covid-19

Edla Lula

O resultado entre tudo o que o governo federal arrecadou e tudo o que gastou em 2023, sem considerar o pagamento dos juros da dívida pública, foi negativo em R\$ 230,5 bilhões em 2023. O resultado respondeu por 2,1% do Produto Interno Bruto (**PIB**) e foi o pior desde 2020, durante a pandemia da covid-19, quando o rombo fiscal foi recorde e chegou a 9,8% do **PIB**. Em valores, é o segundo pior da série histórica do Tesouro Nacional, iniciada em 1997. Mas, em percentual do **PIB**, ficou atrás também do resultado de 2016, de 2,6%.

De acordo com relatório do Tesouro, divulgado ontem, somente em dezembro, o deficit primário chegou a R\$ 116,1 bilhões devido ao pagamento do estoque de precatórios? dívidas judiciais da União que não cabem mais recursos. Os dados referem-se ao governo central, que engloba o Tesouro Nacional, a **Previdência Social** e o Banco Central.

Devido às "pedaladas" nos precatórios, o governo anterior entregou um saldo positivo nas contas de 2022, de 0,5% do **PIB**, o primeiro superavit primário (economia para o pagamento dos juros da dívida pública) desde 2014.

Ao comentar o aumento do rombo das contas públicas, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, ponderou que a metade do montante é explicada pelo pagamento do estoque de precatórios e pelas compensações aos estados e aos municípios por perdas com a arrecadação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), também resultado de medidas do governo do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL). "É preciso considerar que esse resultado é a expressão de uma decisão que o governo tomou de pagar o calote que foi dado, tanto em precatórios quanto nos governadores em relação ao ICMS sobre combustíveis. Desses R\$ 230 bilhões, praticamente a metade é pagamento de dívida do governo anterior que poderia ser prorrogada para 2027 e que nós achamos que não era justo com quem quer que fosse o presidente na ocasião", disse Haddad.

O pagamento extraordinário do estoque de precatórios? que são dívidas do governo após decisão judicial? somou R\$ 92,4 bilhões. Outros R\$ 14,8 bilhões foram repassados aos estados, para

compensar perdas pela redução do ICMS, promovida por Bolsonaro em 2022.

Sem considerar o pagamento dos precatórios, segundo o Tesouro Nacional, o deficit apurado no mês de dezembro seria de R\$ 23,8 bilhões, o que levaria o resultado, ao final do ano, a um saldo negativo de R\$ 138,1 bilhões, equivalente a 1,3% do **PIB**.

Por isso, o ministro da Fazenda considerou que os analistas de mercado saberão fazer a leitura correta do resultado, reconhecendo o esforço do governo com a responsabilidade fiscal. "Foi a segunda vez, desde a redemocratização, que o Estado brasileiro deu um calote. A primeira foi no governo (Fernando) Collor e a segunda, no governo Bolsonaro. Eu penso que isso ficou para trás e eu penso que o mercado entendeu e reagiu bem àquilo que estava programado", comentou ele, em referência à pedalada institucionalizada nos precatórios, que foi aprovada pelo Congresso por meio das emendas constitucionais nº 113 e 114, publicadas em dezembro de 2021.

O limite de gastos com precatórios estava previsto para acontecer até 2026, coincidindo com o fim do atual mandato. Naquela ocasião, Bolsonaro estava na corrida à reeleição e a medida foi interpretada por seus críticos como um tipo de "calote"? conforme citou, ontem mesmo, o ministro? para que sobrasse dinheiro público em ano eleitoral.

Em janeiro de 2023, Haddad havia anunciado a intenção de levar o saldo nas contas públicas para 1% do **PIB**, mas o deficit foi bem maior com a decisão do pagamento do estoque de precatórios herdado pelo governo anterior. Apesar disso, o ministro não se arrependeu. "Valeu a pena fazer o esforço e valeu a pena tomar essas duas decisões que foram posteriores a um anúncio de 12 de janeiro, mas que encontram respaldo em boas práticas, tanto do ponto de vista da economia quanto do ponto de vista constitucional, do direito brasileiro", afirmou. Bola de neve Ao assumir o cargo em 2023, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, deparou-se com projeções que apontavam para um rombo fiscal que podia chegar a R\$ 700 bilhões, caso a regra do limite dos precatórios fosse mantida. Para conter essa bola de neve herdada do governo anterior, ele apresentou ao Supremo Tribunal Federal (STF) a disposição para antecipar o pagamento de até R\$ 95 bilhões em

precatórios, zerando o estoque da dívida.

Em dezembro, com a autorização do Supremo, foram pagos R\$ 92,4 bilhões que constam do relatório do Tesouro Nacional.

Meta para 2024 Com esse argumento, o chefe da equipe econômica disse acreditar que será possível, em 2024, manter a meta de zerar o saldo nas contas do governo, conforme consta da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) deste ano.

"No que nos diz respeito, vamos continuar seguindo o compromisso que assumimos", disse o ministro, apontando, no entanto, que esse compromisso é construído em diálogo com o Congresso Nacional.

"A meta é estabelecida de comum acordo com o Congresso Nacional, mas o resultado primário depende muito dessa boa interação com o Judiciário e com o Legislativo. Nós não somos o único Poder da República. O Poder Executivo, quando ele é o único Poder da República é uma ditadura, ele não depende do Judiciário nem do Legislativo. Nós estamos numa democracia".

O governo negocia com o Congresso Nacional a aprovação da Medida Provisória 1202, de 2023, que ficou conhecida como MP da Reoneração. A matéria, editada pelo governo em dezembro, põe fim à desoneração da folha de pagamentos para 17 setores da economia, além de taxar novamente empresas do segmento de eventos, que tiveram a tributação zerada em função da pandemia de covid-19.

Em entrevista aos jornalistas na qual detalhou os números das contas públicas de 2023, o secretário do Tesouro Nacional, Rogério Ceron, afirmou que os dados de arrecadação de janeiro permitem à equipe econômica manter a meta estabelecida pelo governo de zerar o saldo fiscal em 2024. Sem antecipar os números, o secretário disse que o governo tem conseguido recuperar a base de receitas e, por isso, é cedo para falar em cortes de gastos ou mudança de meta fiscal.

"No momento, as notícias são animadoras em relação a 2024. Seguimos conforme o planejado para o ano", afirmou Ceron. "Para 2024, temos metas arrojadas que serão perseguidas, e, da mesma forma, vamos mostrar com transparência o que afetou negativamente e positivamente a busca desses resultados", completou o chefe do Tesouro.

"Foi a segunda vez, desde a redemocratização que o Estado brasileiro deu calote" Fernando Haddad, ministro da Fazenda

Bola de neve

Ao assumir o cargo em 2023, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, deparou-se com projeções que apontavam para um rombo fiscal que podia chegar a R\$ 700 bilhões, caso a regra do limite dos precatórios fosse mantida. Para conter essa bola de neve herdada do governo anterior, ele apresentou ao Supremo Tribunal Federal (STF) a disposição para antecipar o pagamento de até R\$ 95 bilhões em precatórios, zerando o estoque da dívida.

Em dezembro, com a autorização do Supremo, foram pagos R\$ 92,4 bilhões que constam do relatório do Tesouro Nacional.

Rombo é de R\$ 230,5 bilhões

No primeiro ano do governo de Luiz Inácio Lula da Silva, as contas do governo central tiveram um rombo de R\$ 230,5 bilhões em 2023, o equivalente a 2,12% do Produto Interno Bruto (**PIB**). Trata-se do pior resultado desde 2020, ano da pandemia de covid-19.

O resultado foi influenciado pela regularização dos precatórios, dívidas judiciais que haviam sido adiadas pela gestão de Jair Bolsonaro (PL). No fim do ano passado, o governo Lula obteve autorização do Supremo Tribunal Federal (STF) para quitar um passivo de R\$ 92,4 bilhões.

Mesmo sem o pagamento dos precatórios, o déficit teria sido de R\$ 138,1 bilhões - o equivalente a 1,27% do **PIB** e, ainda assim, o pior desde 2020.

Nesta comparação, apenas o segundo mandato de Dilma Rousseff (PT) teve um resultado pior no primeiro ano da gestão. Em 2015, o rombo foi de R\$ 183,1 bilhões devido à regularização das chamadas pedaladas fiscais. Em 2019, primeiro ano da gestão Bolsonaro, o déficit foi de R\$ 122,6 bilhões. Os valores foram atualizados pela **inflação**.

O resultado de 2023 foi pior do que a meta traçada informalmente pelo ministro Fernando Haddad (Fazenda), que prometeu entregar um déficit de até 1% do **PIB** no primeiro ano da administração.

Antes mesmo da posse de Lula, o governo atuou no Congresso Nacional para aprovar uma PEC que autorizou a ampliação de até R\$ 168 bilhões nos gastos em 2023 para recompor ações do Orçamento que estavam estranguladas por cortes de até 95%.

A elevação dos gastos deflagrou uma piora nas expectativas em relação à trajetória fiscal. A equipe econômica chegou a lançar, ainda em janeiro, medidas para tentar recompor as receitas de 2023, mas boa parte não rendeu o esperado ou foi desidratada após longa negociação com o Congresso.

O déficit indica que o governo gastou mais do que arrecadou no ano passado. O dado divulgado ontem agrega estatísticas do Tesouro Nacional, Banco Central e Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**). A série foi iniciada em 1997.

Para a aferição oficial do cumprimento da meta fiscal, o STF autorizou o governo a descontar os gastos com a regularização dos precatórios.

Por outro lado, o resultado fiscal ainda vai ter uma piora adicional de R\$ 26 bilhões, referentes ao resgate de valores abandonados nas contas do Fundo PIS/Pasep.

O BC, órgão responsável pelas estatísticas oficiais das finanças públicas, não considera os recursos do fundo como receita primária, -uma metodologia distinta da adotada pelo Tesouro Nacional. Por isso, o rombo a ser anunciado pelo BC será ainda maior.

Ainda assim, a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) autoriza um rombo de até R\$ 213,6 bilhões, o que corresponde a 2% do **PIB**. Portanto, os números não devem indicar um descumprimento formal da regra.

Reversão da tendência Em entrevista coletiva, o secretário do Tesouro Nacional, Rogério Ceron, disse que boa parte da piora fiscal em 2023 se deve ao pagamento de precatórios e outros efeitos extraordinários. "Nossa sinalização para o horizonte de médio prazo é uma reversão dessa tendência", afirmou. "Esperamos atingir o equilíbrio ou até [um resultado] positivo nos próximos anos", acrescentou Ceron. Segundo ele, o governo espera que o movimento de recuperação fiscal "fique mais nítido" em 2024.

Mais tarde, o ministro da Economia, Fernando Haddad, também ressaltou que o rombo nas contas de 2023 decorreu de uma decisão do governo de regularizar passivos deixados pela gestão anterior. "O resultado é expressão de uma decisão que o governo tomou de pagar o calote que foi dado tanto em precatórios quanto nos governadores em relação ao ICMS sobre combustíveis.

Desses R\$ 230 bilhões, praticamente metade disso é pagamento de dívida do governo anterior, que poderia ser prorrogada para 2027 e que nós achamos que não era justo com quem quer que fosse o presidente na ocasião", disse.

Entre as medidas extraordinárias que acentuaram o déficit em 2023, Ceron elencou ainda a antecipação da compensação pelas perdas dos governos regionais após o Congresso, apoiado pelo governo Bolsonaro, limitar as alíquotas de ICMS sobre combustíveis, energia, transporte e telecomunicações.

Em meio à penúria das prefeituras e à demanda por um socorro federal, o governo Lula aceitou antecipar a parcela que seria paga em 2024. O impacto total da

transferência foi de R\$ 21 bilhões (Da Folhapress).

Site:

<https://edicaodigital.jornaldebrasil.com.br/pub/jornaldebrasil/>

Contas têm 2º maior rombo da história

FERNANDA TRISOTTO AMANDA PUPO BRASÍLIA

O governo fechou 2023, primeiro ano da nova gestão Lula, com o segundo maior rombo nas contas públicas da série histórica, iniciada em 1997. Segundo dados divulgados ontem pelo Tesouro Nacional, o déficit primário (resultado das receitas menos as despesas, sem levar em conta o pagamento dos juros da dívida pública) ficou em R\$ 230,5 bilhões, o equivalente a 2,1% do **PIB**.

No ano anterior, essa conta havia ficado positiva - um superávit de R\$ 54,1 bilhões, um número considerado "fora da curva". O pior resultado da série histórica foi registrado em 2020, primeiro ano da pandemia da covid-19, quando o déficit primário chegou a R\$ 939,5 bilhões (em números corrigidos pela **inflação**).

A meta traçada para este ano pela equipe econômica é de déficit zero, mas o resultado registrado em 2023 fortaleceu no mercado as projeções de novo rombo.

Já o secretário do Tesouro, Rogério Ceron, fala em "reversão da tendência" no médio prazo (mais informações na pág. B2).

A explicação para o déficit ano passado foi a antecipação do pagamento de precatórios (dívidas judiciais do governo nas quais não cabe mais recurso) de R\$ 92,3 bilhões, além da compensação a Estados e municípios em razão de perdas na arrecadação com ICMS. Mesmo sem o pagamento dos precatórios, o déficit teria sido de R\$ 138,1 bilhões - o equivalente a 1,27% do **PIB**, ainda acima da promessa que havia sido feita pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad, de fechar o ano com déficit de 1%.

A meta fiscal ajustada para 2023 admitia um rombo de até R\$ 213,6 bilhões nas contas do governo central (conceito que engloba Tesouro, **Previdência Social** e Banco Central). Para a aferição formal, porém, o governo poderá descontar desse cálculo da meta os gastos com a regularização dos precatórios, em decisão autorizada pelo Supremo Tribunal Federal.

O pagamento dos precatórios estava represado em razão da chamada "PEC do Calote", que "pedalou" o pagamento desses débitos da União, durante a gestão do ex-presidente Jair Bolsonaro, até 2026. A PEC foi proposta em 2021 para enfrentar o que o então ministro da Economia, Paulo Guedes, chamou de "meteoro": uma fatura de R\$ 89 bilhões que teria de ser honrada ainda em 2022, durante o período

eleitoral, com Bolsonaro buscando a reeleição.

Em dezembro do ano passado, porém, o governo Lula editou uma medida provisória que abriu um crédito extraordinário - fora do limite de despesas - de R\$ 93,1 bilhões para quitar esse estoque de precatórios represados, e conseguiu autorização do STF para desconsiderar essas despesas da aferição da meta fiscal.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo/>

Contas públicas registraram déficit de R\$ 230,5 bi

As contas do governo central, que engloba Tesouro Nacional, Banco Central e **Previdência Social**, registraram déficit primário de 230,5 bilhões de reais em 2023. Os dados foram divulgados nessa segunda-feira (29) pela Secretaria do Tesouro Nacional e representam 2,1% do Produto Interno Bruto (**PIB**). Para 2024, governo segue perseguindo meta de déficit zero, ou seja, equilíbrio das contas.

O saldo final do ano passado é o segundo pior da série histórica iniciada em 1997, melhor apenas que o dado de 2020, quando o governo teve rombo de 940 bilhões de reais em meio a pandemia de covid-19. O déficit primário ocorre quando os gastos do governo superam a arrecadação de **impostos**. Quando as receitas superam as despesas, há superávit.

Rombo

O resultado de 2023 está acima da projeção do Orçamento de 2023, que previa déficit de 228,1 bilhões de reais. A última projeção, de novembro, estimava resultado negativo de 177,4 bilhões de reais.

De acordo com o Tesouro, o resultado foi impactado diretamente pelo pagamento de precatórios. Em 2023, foram pagos aproximadamente 92,4 bilhões de reais em razão de uma decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) que determinou que a União quitasse a dívida com precatórios acumulada em 2022, em razão da "PEC dos Precatórios", que limitou esses gastos.

Em novembro de 2023, o Supremo Tribunal Federal (STF) atendeu a um pedido do governo e permitiu o uso de créditos extraordinários aprovados pelo Congresso para pagamento de precatórios, até 2026. Com isso, o governo planeja conseguir quitar os valores sem esbarrar nas regras fiscais.

Site: <https://digital.maven.com.br/pub/correiodesergipe/>

Precatório eleva déficit nas contas públicas a R\$ 230 bi

A quitação de precatórios após um acordo com o Supremo Tribunal Federal (STF) fez o Governo Central - Tesouro Nacional, **Previdência Social** e Banco Central - fechar 2023 com o segundo maior déficit primário desde o início da série histórica. No ano passado, o resultado ficou negativo em R\$ 230,54 bilhões, só perdendo para 2020, quando o déficit atingiu R\$ 743,25 bilhões por causa da pandemia de COVID-19. O déficit primário representa o resultado negativo das contas do governo sem os juros da dívida pública.

Segundo o Tesouro Nacional, sem o pagamento dos precatórios, as contas do Governo Central teriam fechado o ano passado com resultado negativo de R\$ 138,1 bilhões, equivalente a 1,3% do Produto Interno Bruto (**PIB**, soma dos bens e dos serviços produzidos no país). Sem o socorro financeiro de cerca de R\$ 20 bilhões para estados e municípios, o déficit teria caído para R\$ 117,2 bilhões, 1,1% do **PIB**.

Apenas em dezembro, o déficit primário somou R\$ 116,15 bilhões, impulsionado pela quitação dos precatórios em atraso. Dívidas do governo com sentença judicial definitiva, os precatórios foram parcelados ou adiados após uma emenda constitucional em 2021. No ano passado, o governo quis quitar a dívida para evitar um passivo de R\$ 250 bilhões no fim de 2026.

O déficit de dezembro foi o maior já registrado para o mês desde o início da série histórica, em 1997. Sem os precatórios, informou o Tesouro, o resultado negativo ficaria em R\$ 23,8 bilhões. Esse valor ficaria abaixo da estimativa das instituições financeiras. Segundo a pesquisa Prisma Fiscal, divulgada todos os meses pelo Ministério da Fazenda, os analistas de mercado esperavam resultado negativo de R\$ 35,5 bilhões, sem considerar o pagamento de precatórios.

O resultado primário representa a diferença entre as receitas e os gastos, desconsiderando o pagamento dos juros da dívida pública. Apesar da quitação dos precatórios, o déficit ficou dentro da meta de R\$ 231,5 bilhões para o Governo Central estabelecida pela Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) do ano passado. Em janeiro, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, tinha anunciado um pacote para aumentar a arrecadação e revisar gastos para melhorar as contas públicas e diminuir o déficit para cerca de R\$ 100

bilhões em 2023.

receitas

Na comparação com o ano passado, as receitas caíram, se descontada a **inflação**, mas as despesas aumentaram em volume maior por causa do Bolsa Família, dos gastos com a **Previdência Social** e dos precatórios. Em 2023, as **receitas líquidas** subiram 2,3% em valores nominais. Descontada a **inflação** pelo IPCA elas recuaram 2,2%. No mesmo período, as despesas totais subiram 17,7% em valores nominais e 12,5% após descontar o IPCA

Site: <https://digital.em.com.br/estadodeminas>

Contas públicas federais têm rombo de R\$ 230,5 bi em 1º ano do governo Lula

AGÊNCIA ESTADO

No primeiro ano do governo de Luiz Inácio Lula da Silva (PT), as contas do governo central tiveram um rombo de R\$ 230,5 bilhões em 2023, o equivalente a 2,12% do **PIB** (Produto Interno Bruto). Trata-se do pior resultado desde 2020, ano da pandemia de Covid-19.

O resultado foi influenciado pela regularização dos precatórios, dívidas judiciais que haviam sido adiadas pela gestão de Jair Bolsonaro (PL). No fim do ano passado, o governo Lula obteve autorização do STF (Supremo Tribunal Federal) para quitar um passivo de R\$ 92,4 bilhões.

Mesmo sem o pagamento dos precatórios, o deficit teria sido de R\$ 138,1 bilhões -o equivalente a 1,27% do **PIB** e, ainda assim, o pior desde 2020.

Nesta comparação, apenas o segundo mandato de Dilma Rousseff (PT) teve um resultado pior no primeiro ano da gestão. Em 2015, o rombo foi de R\$ 183,1 bilhões devido à regularização das chamadas pedaladas fiscais. Em 2019, primeiro ano da gestão Bolsonaro, o deficit foi de R\$ 122,6 bilhões. Os valores foram atualizados pela **inflação**.

O resultado de 2023 foi pior do que a meta traçada informalmente pelo ministro Fernando Haddad (Fazenda), que prometeu entregar um deficit de até 1% do **PIB** no primeiro ano da administração.

Antes mesmo da posse de Lula, o governo atuou no Congresso Nacional para aprovar uma PEC (proposta de emenda à Constituição) que autorizou a ampliação de até R\$ 168 bilhões nos gastos em 2023 para recompor ações do Orçamento que estavam estranguladas por cortes de até 95%.

A elevação dos gastos deflagrou uma piora nas expectativas em relação à trajetória fiscal. A equipe econômica chegou a lançar, ainda em janeiro, medidas para tentar recompor as receitas de 2023, mas boa parte não rendeu o esperado ou foi desidratada após longa negociação com o Congresso.

O deficit indica que o governo gastou mais do que arrecadou no ano passado. O dado divulgado nesta segunda-feira (29) agrega estatísticas do Tesouro Nacional, Banco Central e **INSS** (Instituto Nacional do

Seguro Social). A série foi iniciada em 1997.

Para a aferição oficial do cumprimento da meta fiscal, o STF autorizou o governo a descontar os gastos com a regularização dos precatórios.

Por outro lado, o resultado fiscal ainda vai ter uma piora adicional de R\$ 26 bilhões, referentes ao resgate de valores abandonados nas contas do Fundo PIS/Pasep.

O BC, órgão responsável pelas estatísticas oficiais das finanças públicas, não considera os recursos do fundo como receita primária -uma metodologia distinta da adotada pelo Tesouro Nacional. Por isso, o rombo a ser anunciado pelo BC será ainda maior.

Ainda assim, a LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias) autoriza um rombo de até R\$ 213,6 bilhões, o que corresponde a 2% do **PIB**.

Portanto, os números não devem indicar um descumprimento formal da regra.

Em seu discurso de posse, em janeiro de 2023, Haddad disse que não iria aceitar um resultado "que não seja melhor do que os absurdos R\$ 220 bilhões de deficit previstos no Orçamento".

A partir daí, a Fazenda traçou a meta informal de 1% do **PIB** -que em março chegou a virar 0,5%, um objetivo ainda mais ambicioso, mas que logo foi abandonado.

O 2º pior da história

ALVARO GRIBEL E RENAN MONTEIRO
economiaWoglobo.com. br BRASÍLIA

O governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva fechou o primeiro ano do seu terceiro mandato com um rombo de R\$ 230,5 bilhões nas contas públicas, o equivalente a 2,12% do **PIB**. Este é o pior resultado desde 2020, ano da pandemia de Covid-19. É também o segundo pior da série histórica do Tesouro Nacional, iniciada em 1997. Os dados divulgados ontem pelo Ministério da Fazenda também representam o maior rombo nas contas para um primeiro ano de mandato, seguindo essa comparação. Em 2022, houve um superávit de R\$51,5 bilhões.

O gasto foi inflado pelo pagamento dos precatórios atrasados de anos anteriores. Sem contar esse gasto, o resultado foi negativo em R\$ 138,1 bilhões (1,3% do **PIB**). Precatórios são despesas decorrentes de decisões judiciais em que o governo não pode mais recorrer. Uma emenda à Constituição, em 2021, limitou o pagamento dessas despesas. Mas o governo Lula decidiu pagar esse estoque, com aval do Supremo Tribunal Federal (STF). Um total de R\$ 92 bilhões foram desembolsados pelo governo em dezembro.

A meta oficial para 2023 é de um déficit de até R\$ 213 bilhões. O pagamento dos precatórios, porém, ficará fora da apuração da meta fiscal, conforme decisão do STF. O número, sem considerar os precatórios, está dentro da meta. O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, contudo, pretendia entregar um rombo abaixo de R\$ 100 bilhões. Haddad quer zerar o déficit neste ano. Para especialistas, o resultado do ano passado mostra que o governo precisa enfrentar o corte de gastos e que será difícil cumprir a meta neste ano.

O déficit no ano de 2023 é resultado de um superávit de R\$ 75,7 bilhões do Tesouro Nacional e do Banco Central e de um déficit de R\$ 306,2 bilhões na **Previdência Social**. No ano passado, a receita do governo caiu 2,2%, enquanto a despesa cresceu 12,5% -comparação que já desconta a **inflação**.

HADDAD FALA EM "CALOTE" Ao comentar o número, Haddad disse que cerca de metade do resultado corresponde a pagamentos atrasados que foram feitos por decisão da sua pasta, para tirar esse passivo das estatísticas. Ele chamou os valores de "calote".

-Em primeiro lugar, o que temos que considerar é que esse resultado é expressão de uma decisão que o

governo tomou de pagar o calote que foi dado tanto em precatórios quanto nos governadores, em relação ao ICMS de combustíveis. Dos R\$ 230 bilhões, praticamente a metade é pagamento de dívida do governo anterior que poderia ser prorrogada para 2027 e nós achamos que não era justo quem quer que fosse o presidente.

A Fazenda aceitou pagar no ano passado R\$ 22 bilhões para compensar estados e municípios, como indenização pelas perdas que eles sofreram no último ano do governo Bolsonaro, com a redução das alíquotas de ICMS. Outros R\$ 4,52 bilhões estão previstos para 2025, totalizando R\$ 27,01 bilhões.

- Tirando os pontos resultantes do passado, tivemos um bom resultado, de 1,08% do **PIB**. Esperamos que, nos próximos meses, o movimento de recuperação (da arrecadação) fique mais nítido. Para 2024 estamos com metas arrojadas, que serão perseguidas - diz o secretário do Tesouro Nacional, Rogério Ceron.

Por outro lado, o resultado fiscal ainda vai ter uma piora adicional de R\$ 26 bilhões, referentes ao resgate de valores abandonados nas contas do Fundo PIS/Pasep. Esses valores foram incorporados às contas federais com aval do Congresso no ano passado. O Banco Central, órgão responsável pelas estatísticas oficiais das finanças públicas, não considera os recursos do fundo como receita - metodologia distinta da adotada pelo Tesouro Nacional.

O economista-chefe da Mirae Asset, Julio Hegedus, avalia que o raio-x das contas públicas continua sendo um limitador para a aceleração dos cortes da Taxa Selic pelo Banco Central. Ele chama atenção para o aumento de gastos com a Previdência. Apesar da reforma feita em 2019 no país, as despesas saltaram R\$ 65 bilhões (7,9%) em função do reajuste do salário mínimo, do aumento do número de beneficiários, além do pagamento de precatórios, que influenciam essa conta.

-A **inflação** está sob controle, mas o fiscal continua sendo um limitador para o BC reduzir a Selic em um ritmo superior a 0,5 ponto percentual. O Tesouro precisa rolar a nossa dívida, que é elevada, e para isso precisa de taxas atraentes para conseguir atrair investidores dispostos a carregar os papéis da dívida pública -afirmou.

CORTE DE DESPESAS Para o pesquisador

associado do FGV Ibre, Guilherme Tinoco, o governo tem razão em parte quando diz que herdou despesas da administração anterior, como os precatórios, e a indenização a estados e municípios pela redução das alíquotas de ICMS. Porém, também houve de fato aumento de despesas no ano passado, por opção do governo Lula de elevar principalmente os gastos sociais.

Ele avalia que três fatores explicam o número do ano passado: a redução de receitas com royalties e dividendos de empresas estatais, o aumento de gastos sociais e também as despesas extraordinárias, herdadas do governo anterior.

- Num primeiro momento, há a estratégia de buscar arrecadação. Isso é válido. Mas, num segundo momento, a questão do corte de despesas vai aparecer -disse Tinoco.

Para este ano, o mercado espera um rombo de 0,8% do **PIB**. Piter Carvalho, economista-chefe da Valor Investimentos, cita que dificilmente esse compromisso será atingido se o governo não concentrar esforços também no corte de despesas: -Vai ser difícil conseguir o déficit zero em 2024 principalmente porque o governo tem olhado muito pelo lado das receitas e não tem conseguido 100% de sucesso em aumentar as receitas.

Outro dado divulgado ontem mostra o desafio de cumprir a meta de 2024. Os chamados "restos a pagar" subiram 6,7% em 2023, já descontada a **inflação**, e atingiram R\$ 284,8 bilhões. Esse é o volume de dinheiro cuja despesa foi autorizada em anos anteriores, mas que ficou para ser paga depois. Segundo relatório divulgado pelo Tesouro Nacional, o aumento real chegou a R\$ 18 bilhões. A proporção de restos a pagar ficou estável em 8,2% do **PIB**.

"Esse resultado é expressão de uma decisão que o governo tomou de pagar o calote que foi dado tanto em precatórios quanto nos governadores, em relação ao ICMS de combustíveis" Fernando Haddad, ministro da Fazenda

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

INSS deve economizar mais de R\$ 10 bi, diz Lupi

Jéssica Sant"Ana

O ministro da **Previdência Social**, Carlos Lupi, afirmou nesta segunda-feira, 29, que o governo espera uma economia maior que R\$ 10 bilhões em 2024 com as ações que estão sendo implementadas pela pasta e pelo Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**) em relação à despesa previdenciária. A declaração foi dada após reunião com o ministro da Fazenda, Fernando Haddad.

Parte dessa economia esperada vem do Atestmed, ferramenta implementada no fim do ano passado que permite que as pessoas possam solicitar o benefício por incapacidade temporária (antigo auxílio-doença) apresentando atestado médico, sem passar pela perícia médica.

"Esse atestado diminui burocracia. Quando a gente faz isso [concessão de benefícios] mais rápido, diminuimos o custo da Previdência, porque entre a concessão e a efetivação, a média de espera era de 113 dias, nós baixamos para 70 dias, e nossa pretensão é chegar a 50 dias. Com isso, diminuo muito o volume de dinheiro gasto, porque, quanto mais tempo, mais correção [monetária]", explicou Lupi.

Outra medida que vai ajudar positivamente a arrecadação da Previdência, disse Lupi, será a nova licitação da folha de pagamentos do **INSS**. "Tem três ou quatro anos que não têm reajuste [da cessão da folha de pagamentos do **INSS**]. Vamos fazer nova licitação e eu pretendo no mínimo dobrar o valor que é pago hoje pelos bancos que operaram [a folha do **INSS**]", afirmou.

Ele destacou, ainda, que a perspectiva é que economia gerada com essas ações seja maior do que eventual despesa subestimada no Orçamento. Conforme mostrou o Valor, a despesa previdenciária estaria subestimada em cerca de R\$ 20 bilhões no Orçamento deste ano.

O ministro destacou, ainda, que são 900 mil requerimentos iniciais por mês ao **INSS**, em média, e 450 mil novos benefícios concedidos mensalmente, também em média, a maioria temporários.

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187777?page=1>

§ion=1

Empréstimo maior do INSS

Gustavo Andrade

A margem do consignado foi atualizada, e os aposentados do Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**) já podem pegar empréstimo com valor maior. Os beneficiários já podem conferir a nova margem pelo Meu **INSS**, no site ou aplicativo. O limite varia de acordo com a renda do segurado.

Para quem recebe um salário mínimo, o valor máximo do benefício que pode ser comprometido com o pagamento das parcelas de R\$ 462 para R\$ 494,20, neste ano. Ou seja, quem já tem o limite comprometido, pode pegar o equivalente a R\$ 32,20 a mais mensais.

O consignado para aposentados e pensionistas do **INSS** tem os menores juros do mercado, já que as parcelas são descontadas diretamente do benefício, o que dá garantia à instituição financeira de que o dinheiro emprestado será devolvido. O empréstimo pode ser pago em até 84 meses (sete anos).

Atualmente, o teto para o empréstimo consignado convencional é de 1,76% ao mês. Nas operações de cartão de crédito e cartão consignado de benefícios, a taxa máxima de juros é de 2,61% ao mês.

Pelas regras atuais, o aposentado ou pensionista do **INSS** pode comprometer até 45% do benefício, sendo 35% para empréstimo pessoal consignado, 5% para o cartão de crédito consignado e 5% para o cartão consignado de benefício.

Com a atualização da margem do empréstimo consignado em razão da correção das aposentadorias e pensões, o assédio das financeiras se intensifica, segundo o coordenador geral do Sindicato Nacional dos Aposentados (Sindinapi-ES), Jânio Araújo.

Para evitar o assédio de bancos e instituições financeiras, o **INSS** bloqueia todo benefício novo para a contratação de empréstimos por 90 dias, contatos a partir da data da concessão. Após este prazo, o segurado pode solicitar que a operação seja liberada por meio do Meu **INSS** ou pelo número 135.

O economista Sebastião Demuner destacou que esta época de início de ano é um bom período para que os aposentados possam fazer um planejamento econômico-financeiro para, por exemplo, não pegarem um empréstimo sem necessidade.

"Sempre falo que se já tem as contas comprometidas em 30% do total da renda, já está em perigo, então tem que se organizar, juntar a família e conversar sobre como manter esse equilíbrio".

Pressão de familiares por dinheiro

Muitos aposentados ajudam no sustento de filhos e netos, e muitas vezes há até pressão para que se pegue empréstimo consignado, que acabam comprometendo o orçamento.

"Nossos aposentados e pensionistas, voltaram a ser arrimo de família, e muitas vezes fazem esse empréstimo a pedido de um filho ou até mesmo de um neto", explicou o coordenador geral do Sindicato Nacional dos Aposentados (Sindinapi-ES), Jânio Araújo.

Há relatos até de aposentados que são coagidos por familiares para fazer um empréstimo consignado, o que é um crime previsto no Estatuto do Idoso.

Quando não há um gerenciamento, é mais fácil se perder nas contas, gastar mais do que se ganha e gerar um endividamento.

"Nesse momento é preciso muita cautela e planejamento. Primeiro, só fazer novo empréstimo se for para pagar uma dívida, ou uma situação emergencial. Segundo, se tiver realmente que fazer um novo empréstimo, procurar uma financeira de sua confiança, onde está acostumado a fazer. Nunca fazer por telefone e vigiar o extrato de pagamento para identificar possível empréstimo sem sua autorização", disse.

O aposentado precisa saber qual a necessidade de se tomar o empréstimo, porque se endividar nunca é bom. Quando isso acontece, tem que ser realmente em situações de emergência, como no caso de uma doença ou de desemprego, explicou.

Antes de pegar um consignado, o coordenador estadual do Instituto Brasileiro de Direito Previdenciário no Estado (IBDP-ES), Valber Cereza, disse que é importante verificar as taxas de juros, fazer pesquisa nas instituições financeiras, e calcular as despesas, deixando sempre uma reserva para emergência.

A falta de uma gestão financeira adequada muitas vezes resulta em acúmulo de empréstimos e

necessidade de renegociações.

"Para combater essa situação, é crucial uma boa administração financeira por parte do aposentado", disse.

"Os aposentados voltaram a ser arrimo de família, e pedem empréstimo a pedido de filho ou até de neto"

Jânio Araújo, coordenador do Sindinapi-ES

JÂNIO ARAÚJO disse que há relatos de aposentados que são coagidos por familiares para pegarem empréstimos

Indenização por juros altos cobrados na modalidade

Um banco foi condenado a indenizar uma consumidora em ação revisional de contrato de empréstimo consignado. O processo foi julgado pela juíza Vanessa Caroli-na Fernandes Ferrari, da Vara Cível do Foro Regional V, de São Miguel Paulista (SP).

No processo, consta que a autora firmou contrato de financiamento no valor de R\$ 1.920 a ser pago em 36 parcelas de R\$ 360,21 - num total acima de R\$ 12 mil. Na ação, ela alega disparidade entre os juros pactuados e efetivamente aplicados, pede a suspensão dos descontos e indenização por dano moral. A instituição, por sua vez, alegou que a contratação do empréstimo foi feita de forma clara e sem vício. O banco também sustenta que não houve dano moral, já que não existiu falha na prestação de serviço e a autora recebeu o dinheiro acordada. Ao analisar o caso, a juíza deu razão à consumidora. Ela se baseou no artigo 42 do Código de Defesa do Consumidor, que estabelece que o consumidor cobrado em quantia indevida tem direito à repetição do indébito, em valor correspondente ao dobro do que pagou em excesso, com correção monetária e juros.

Dessa forma, a magistrada condenou o banco a ressarcir em dobro o valor pago indevidamente, além de pagar R\$ 5 mil a título de danos morais.

JUSTIÇA deu vitória a cliente

ENTENDA

Margem mensal chega a R\$ 2.725,10

Comprometimento da renda

APESAR DE o empréstimo consignado ser um crédito mais barato, os aposentados, pensionistas e beneficiários de auxílios do **INSS** devem ter atenção para não comprometerem a renda com gastos não

essenciais.

ISSO PORQUE nesse tipo de crédito é possível utilizar até 45% do benefício. Sendo 35% para empréstimo pessoal consignado, 5% para o cartão de crédito consignado e 5% para o cartão de benefício.

PARA CONFERIR as taxas e escolher a que cabe no orçamento basta acessar o aplicativo ou site **Meu INSS** (<https://meu.inss.gov.br/#/lo-gin>) sem precisar de login e senha. Na parte de baixo da tela aparecerá um ícone escrito "Taxas de empréstimo consignado", selecione.

EM SEGUIDA abrirá uma aba com a relação dos bancos e os respectivos juros de empréstimo. Ao lado estão relacionadas as taxas para as modalidades de cartão de crédito consignado (RMC) e para utilização do cartão de benefício (RCC).

Atenção: essas taxas somente aparecem quando a instituição oferece esse tipo de crédito.

Margens

AS MARGENS para utilização do empréstimo consignado, aquele com desconto em folha, estão atualizadas. Para quem recebe um salário mínimo, o valor máximo do benefício que pode ser comprometido com o pagamento das parcelas do empréstimo consignado passa de R\$ 462 para R\$ 494,20, neste ano.

PARA APOSENTADOS que recebem o teto do **INSS**, atualmente de R\$ 7.786,01, o valor máximo que pode ser comprometido mensalmente com empréstimo de R\$ 2.725,10.

O LIMITE para o empréstimo caiu de 1,80% para 1,76%. Para as operações na modalidade de cartão de crédito e cartão de benefício, o índice máximo caiu de 2,67% para 2,61%. Em um ano, as taxas acumulam queda de 17,7%.

Quantos empréstimos podem ser feitos?

O **SEGURADO** pode fazer até nove contratos de empréstimo pessoal. No caso do cartão de crédito, é permitida apenas uma contratação.

AS TAXAS de juros são mais baixas do mercado, e o prazo de quitação pode chegar a 84 meses. As taxas de juros oferecidas pelos bancos variam conforme o perfil do cliente. O ideal é pesquisar para obter o melhor negócio.

APLICATIVO **Meu INSS**: consulta

Fonte: Governo federal. INSS e pesquisa AT.

Alta de gastos e "receitas incertas" devem afetar meta fiscal em 2024

FERNANDA TRISOTTO AMANDA PUPO BRASÍLIA

Podendo ou não descontar os gastos com precatórios da meta fiscal, os números mostram o tamanho do desafio do governo para este ano, quando a meta a ser perseguida é de zerar o déficit, de acordo com as regras previstas no novo arcabouço fiscal. No mercado financeiro, é praticamente unânime a avaliação de que a meta terá de ser reformulada em algum momento para acomodar um rombo que, para muitos, seria inevitável.

O equilíbrio orçamentário é importante para a redução da dívida pública, o que acaba tendo impacto na **inflação**, nos juros e na atração de novos investimentos.

Mas, tirando o superávit extraordinário registrado em 2022, o País convive com déficits nas contas desde 2013.

A XP Investimentos, por exemplo, projeta novo déficit primário para o governo central (conceito que engloba Tesouro, **Previdência Social** e Banco Central) de 0,6% do **PIB** em 2024. Para o economista da corretora Tiago Sbardelotto, as medidas recém-aprovadas pelo governo para tentar aumentar a arrecadação deverão ter efeitos positivos, mas não o suficiente para alcançar a meta de déficit zero neste ano.

"Algumas receitas incluídas no Orçamento permanecem altamente incertas, como os R\$ 34,5 bilhões das concessões ferroviárias e os R\$ 35 bilhões da mudança nos subsídios do ICMS", disse Sbardelotto, em nota. Ele acrescenta que a eventual extensão do programa de desoneração da folha de pagamento (tema que está em discussão no Congresso) pode impor um viés de baixa nas receitas previdenciárias esperadas pelo governo.

"Além disso, ainda vemos pressão proveniente de gastos relacionados à previdência e assistência social, o que poderia exigir algum bloqueio nas despesas discricionárias (mas não deve aumentar o gasto total)." Já o economista-chefe do Banco BMG, Flavio Serrano, projeta um déficit primário de pouco menos de 1% do **PIB**. Segundo ele, em um cenário otimista, com o efeito da elevação de receitas pretendido pelo governo, o saldo negativo diminuiria para cerca de 0,6% do **PIB**. Mesmo assim, ainda ficaria acima da

margem de tolerância admitida no arcabouço fiscal, que é de um déficit de 0,25% para uma meta zero.

Em entrevista na semana passada ao Estadão, o economista-chefe do Itaú Unibanco, Mário Mesquita, disse que, em março, o governo "vai ter de escolher entre alterar a meta (de resultado primário), fazer contingenciamento (do Orçamento), ou uma combinação dos dois". Para ele, seria aceitável um rombo nas contas de até 1% neste ano, porque isso significaria uma queda acentuada em relação ao visto no ano passado, indicando um esforço na questão fiscal. "Se passar de 1%, vai gerar preocupação; de 1,5%, mais ainda; 2%, então, nem se fala, dado que no ano passado já foi acima disso", disse. O governo precisa divulgar em março o primeiro relatório de receitas e despesas do ano.

"BONS SINAIS". Na avaliação do secretário do Tesouro, Rogério Ceron, embora o resultado de 2023 tenha sido o segundo pior da série histórica, o número já indicaria o início de um processo de recuperação fiscal. "Nossa sinalização para o horizonte de médio prazo é de reversão dessa tendência que vem acontecendo em mais de uma década, de piora a cada um desses ciclos", disse o secretário, reforçando que o governo trabalha para se aproximar de resultados mais próximos do equilíbrio orçamentário. "Esperamos que, a partir de 2024, o movimento de recuperação fiscal fique mais nítido." Ele citou que, de janeiro de 2019 a dezembro de 2022 (mandato de Jair Bolsonaro), o resultado primário anualizado registrou uma média de déficit de R\$ 263,2 bilhões. "Fechamos com um resultado que já é melhor que a média dos últimos anos." Apesar da descrença do mercado, Ceron afirmou que o governo vê "bons sinais" para o cumprimento da meta fiscal em 2024, em linha com o planejado pela Fazenda. Na avaliação do secretário, a regra do arcabouço que limita o crescimento das despesas é a essência do novo marco fiscal e irá garantir que, "ano a ano", o Executivo melhore seu resultado.

"Tem meta mais arrojada justamente para acelerar a recuperação", afirmou.

Questionado sobre o risco de o governo ter superestimado as receitas - advertência feita tanto por economistas quanto pelo Tribunal de Contas da União -, Ceron respondeu que a partir de fevereiro o governo

terá dados mais atualizados para avaliar a performance estimada para o ano. "Mas os dados parciais de janeiro mostram uma performance até maior do que o esperado."

"Algumas receitas incluídas no Orçamento permanecem altamente incertas, como os R\$ 34,5 bi das concessões ferroviárias e os R\$ 35 bi da mudança nos subsídios do ICMS" Tiago Sbardelotto Economista da XP

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo/>

Micro e pequenas empresas podem aderir ao Simples até esta quarta-feira

REGIME ESPECIAL

Agência Brasil

contato@jornaldezminutos.com.br

As micro e pequenas empresas de todo o País têm até esta quarta-feira (31) para optar pelo Simples Nacional, o Regime Especial Unificado de Arrecadação de **Tributos** e Contribuições. Para participar é necessário que o empreendimento esteja regular com as obrigações previstas em lei, como estar em dia com pagamentos do programa e ter cumpridas as normas trabalhistas e previdenciárias.

Segundo a **Receita Federal**, até a última quarta-feira (24), dos 739.679 processos de opção iniciados, foram atendidos 258.620. Os outros 481.059 permaneciam pendentes por apresentarem irregularidades com a União, Estados, Distrito Federal ou município.

A orientação nesses casos é que o contribuinte se informe pelo próprio sistema, no Portal do Simples Nacional, por meio da opção "Acompanhamento da Formalização da Opção pelo Simples Nacional". Nela é possível acessar o Relatório de Pendências, que reúne as observações e instruções para resolver as irregularidades e ingressar no programa.

O prazo regulamentar vale para empresas que já estão em atividade e, após a confirmação da opção pelo Simples Nacional, tem efeito retroativo ao dia 1º de janeiro de 2024. Para novas empresas, é possível aderir ao Simples Nacional em até 30 dias após a inscrição municipal ou estadual, com limite máximo de 60 dias de abertura do CNPJ, data para efeito retroativo.

MEI

Além de optar pelo Simples Nacional, os Microempreendedores Individuais (MEI) que queiram aderir ao regime também precisam solicitar enquadramento no sistema de recolhimento em valores fixos mensais, o Simei. O prazo limite é igual ao de adesão ao programa e também é necessário estar em dia com as obrigações legais.

Site: <https://d24am.com/wp-content/uploads/2024/01/c77711893461dae201f64ff586df>

4cddb87be32efdd8b1d0de917ae63e593816.pdf

Prazo de opção das micro e pequenas empresas pelo Simples vence amanhã

Brasília - As micro e pequenas empresas (MPes) de todo o País têm prazo até amanhã para optar pelo Simples Nacional, o Regime Especial Unificado de Arrecadação de **Tributos** e Contribuições. Para participar é necessário que o empreendimento esteja regular com as obrigações previstas em lei, como estar em dia com pagamentos do programa e ter cumpridas as normas trabalhistas e previdenciárias.

Segundo a **Receita Federal**, até o último dia 24, dos 739.679 processos de opção iniciados, foram atendidos 258.620. Os outros 481.059 permanecem pendentes por apresentarem irregularidades com a União, estados, Distrito Federal ou município.

A orientação nesses casos é que o contribuinte se informe pelo próprio sistema, no Portal do Simples Nacional, por meio da opção "Acompanhamento da Formalização da Opção pelo Simples Nacional". Nela é possível acessar o Relatório de Pendências, que reúne as observações e instruções para resolver as irregularidades e ingressar no programa.

O prazo regulamentar vale para empresas que já estão em atividade e, após a confirmação da opção pelo Simples Nacional, tem efeito retroativo ao dia 1º de janeiro de 2024. Para novas empresas, é possível aderir ao Simples Nacional em até 30 dias após a inscrição municipal ou estadual, com limite máximo de 60 dias de abertura do CNPJ, data considerada para efeito retroativo.

MEI - Além de optar pelo Simples Nacional, os micro-empresendedores individuais (MEIs) que queiram aderir ao regime também precisam solicitar enquadramento no sistema de recolhimento em valores fixos mensais, o SimeI. O prazo limite é igual ao de adesão ao programa e também é necessário estar em dia com as obrigações legais.

Para optar pelo Simples Nacional é necessário que a micro ou pequena empresa fature o limite de R\$ 4,8 milhões, ao ano. Para o MEI o limite anual de faturamento é de R\$ 81 mil.

A opção pelo regime especial permite ao contribuinte recolher em uma mesma guia, por meio de alíquota única, **tributos** federais junto com o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços (ICMS), recolhido por estados e Distrito Federal, e o

Imposto sobre Serviços (ISS), recolhido pelo município. (ABr)

Site: <https://diariodocomercio.com.br/versao-impresa/>

Contribuintes saíram derrotados na maioria dos julgamentos do Supremo e STJ em 2023

Beatriz Olivon De Brasília

A União venceu, em 2023, pelo menos 16 importantes julgamentos no Supremo Tribunal Federal (STF) e no Superior Tribunal de Justiça (STJ). Em apenas quatro, o impacto estimado é de R\$ 62,4 bilhões. O de maior valor é o que trata da tributação de incentivos fiscais de ICMS: R\$ 47 bilhões em jogo.

Se a conta incluir discussões envolvendo **tributos** estaduais e municipais, o placar de 2023 fica ainda pior para os contribuintes. Levantamento do escritório Machado Associados indica 34 vitórias de entes públicos -entre eles a União -em 49 julgados nos tribunais superiores. São casos analisados em recursos repetitivos, repercussões gerais ou considerados relevantes pelos especialistas do escritório.

"O saldo não é nada positivo para os contribuintes, que inclusive tiveram algumas expectativas frustradas", afirma Renato Silveira, sócio do Machado Associados. Ele cita como exemplos os julgamentos, no STF, sobre a exclusão do ICMS do cálculo do Imposto de Renda (IRPJ) e da CSLL no lucro presumido e a "quebra" de decisão definitiva - a relativização da "coisa julgada".

Entre os casos que envolvem os Estados, o advogado destaca a autorização para cobrança do diferencial de alíquotas (Difal) do ICMS em 2022 - contribuintes defendiam 2023. O impacto foi estimado inicialmente pelos Estados e Distrito Federal em R\$ 9,8 bilhões - valor referente à perda de arrecadação de todo o ano de 2022.

Considerando apenas as repercussões gerais no Supremo, os contribuintes conseguiram vencer só 4 de 14 julgamentos realizados - envolvendo todos os entes. Nos casos sem repercussão geral, ganharam em apenas 3 de um total de 8.

Em um deles, os ministros decidiram que planos de saúde, meios de pagamento, administração de fundos, consórcio e leasing deveriam continuar pagando ISS para os municípios onde estão instalados (ADPF 499 e ADIs 5835 e 5862).

No STJ, "o contribuinte sofreu mais", segundo Silveira. Dentre sete casos julgados como repetitivo, venceu

dois. Em outros 20 julgamentos considerados relevantes - sem o status de repetitivo -, obteve vitória em apenas seis.

Um deles foi considerado uma grande vitória por especialistas. Os contribuintes conseguiram vencer o primeiro julgamento sobre ágio no STJ (REsp 2026473). A questão foi analisada em setembro pela 1ª Turma. A decisão foi unânime.

Os contribuintes, porém, saíram derrotados no STJ em uma importante questão. Em abril, a 1ª Seção autorizou a União a tributar empresas que recebem incentivos fiscais de ICMS, o que pode gerar um impacto positivo de R\$ 47 bilhões por ano na arrecadação, segundo estimativas da **Receita Federal**.

Antes do julgamento, a Fazenda Nacional enfrentava dificuldade com o assunto no STJ. Havia precedente contra a tributação de crédito presumido e era aplicado pelo tribunal para diferentes incentivos, segundo o procurador Thiago Silveira, que coordena a atuação da PGFN no STJ.

"No começo os ministros não estavam considerando que eram benefícios diferentes", afirma. Quando os incentivos em geral foram julgados, a PGFN conseguiu manter a tributação, desde que seguidos alguns critérios. Os contribuintes ainda questionam a extensão da vitória, por causa da redação da decisão e pediram esclarecimentos em embargos de declaração (REsp 1945110 e REsp 1987158).

A PGFN não entrou com recurso. "Para nós, a decisão está clara. Mas considerando os argumentos levados pelos contribuintes, fizemos algumas ponderações", diz o procurador. Já no julgamento sobre crédito presumido, foi apresentado recurso - e a procuradoria destaca a mudança na composição da 1ª Seção.

No colegiado, os contribuintes também foram derrotados na discussão sobre a exclusão do ICMS do cálculo do IRPJ e da CSLL no lucro presumido (REsp 1767631). O impacto é estimado em R\$ 2,4 bilhões. Outro precedente relevante no STJ, mas sem estimativa de impacto, autorizou a incidência de Imposto de Renda e CSLL sobre correção monetária de aplicações financeiras (REsp 1986304).

"O ano de 2023 foi muito positivo. Mas a Fazenda deve ganhar mais [que o contribuinte] mesmo. A edição de instrumento normativo passa pelo crivo de vários órgãos jurídicos. É de se esperar que, com todo esse aparato para a produção da norma, esteja dentro da legalidade", afirma o procurador.

Entre as derrotas, além do ágio, a PGFN destaca que a 1ª Turma passou a seguir o entendimento da 2ª Turma e considerar que os pagamentos acumulados de juros sobre capital próprio (JCP), que incluem valores referentes a anos anteriores, podem ser deduzidos da base de cálculo do IRPJ e da CSLL (REsp 1971537).

No STF, o grande julgamento do ano na Corte tratou da possibilidade de "quebra" de decisões definitivas, segundo advogados e o coordenador da atuação da PGFN na Corte, Paulo Mendes. Em fevereiro, os ministros definiram que sentenças tributárias dadas como definitivas deixam de ter efeito sempre que houver um julgamento posterior na Corte em sentido contrário (RE 955227 e RE 949297).

"Foi muito importante porque diz respeito ao sistema tributário como um todo. Não é pró-Fazenda ou pró-contribuinte, pode se aplicar para os dois", afirma Mendes. Ainda está pendente pedido de modulação de efeitos (RE 949.297 e RE 955.227).

O limite da coisa julgada é muito relevante e, economicamente, deve garantir uma quantia importante para os cofres públicos, projeta o advogado Rafael Bragança, sócio do Daudt, Castro e Gallotti Olinto Advogados e Rodrigo Fragoas. Não há uma estimativa do impacto, segundo o procurador Paulo Mendes, mas um levantamento apenas sobre multas aplicadas pela **Receita Federal**, em uma tese tributária, aponta R\$ 1 bilhão.

Em 2023, o STF também encerrou uma disputa grande com os bancos. Validou a incidência de PIS e Cofins sobre receitas financeiras de instituições financeiras (RE 609096). Em conjunto foi julgada a cobrança das contribuições sociais sobre os valores de prêmios de seguros (RE 400479). Apesar da decisão favorável à tributação dos prêmios, contribuintes levantam dúvida sobre a tributação das reservas técnicas.

Para os bancos, a União aponta impacto de R\$ 115 bilhões mas, segundo fonte ouvida pelo Valor, o valor não seria tão alto e estaria mais próximo do estimado pela Federação Brasileira de Bancos (Febraban), de R\$ 12 bilhões. Esse montante leva em consideração que alguns bancos estavam pagando os **tributos** ou desistiram da discussão.

"É positivo para o país que o Estado brasileiro tenha suas políticas tributárias ratificadas pelo Judiciário", afirma o procurador Paulo Mendes. Segundo ele, é um recado para as empresas de que o Estado vem agindo dentro da legalidade e da Constituição. "Imagine se metade dos **tributos** brasileiros fossem inconstitucionais. Seria um caos o país." Entre os julgamentos relevantes do ano de 2023, no STF, estão alguns que não têm estimativa de valor de impacto. Um deles autorizou o uso de medidas alternativas para assegurar o cumprimento de ordem judicial - como apreensão de Carteira Nacional de Habilitação (CNH) e de passaporte (ADI 5941). Na mesma linha, em 2023, o STF se manifestou a favor do desempate pelo voto de qualidade no **Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf)**.

Apesar dos valores indicados para os casos pelo governo, é muito difícil saber com precisão o ingresso efetivo de receita decorrente desses julgamentos nos tribunais superiores, segundo Vilma Pinto, da Instituição Fiscal Independente (IFI). E nos casos em que a União sai derrotada, acrescenta, além do passivo relacionado àquela disputa, pode haver efeito na arrecadação - como ocorreu com a retirada do ICMS da base de cálculo do PIS e da Cofins.

"No Superior Tribunal de Justiça, o contribuinte sofreu mais" Renato Silveira

Site: <https://valor.globo.com/virador#/edition/187777>

Déficit alcança R\$230,5 bilhões

As contas do Governo Central - Tesouro, **Previdência Social** e Banco Central - registraram déficit primário em 2023. A diferença entre receita e despesa ficou negativa em R\$ 230,5 bilhões, o equivalente a 2,1% do Produto Interno Bruto (**PIB**), que na última atualização do IBGE, de 2022, registrava R\$ 10 trilhões.

O resultado negativo é amenizado se for retirado o valor de R\$ 92,39 bilhões em precatórios pago pelo Executivo. Neste cenário o déficit seria de R\$ 138,147 bilhões. A quitação de precatórios feita após acordo com o Supremo Tribunal Federal influenciou o resultado, que foi o segundo maior déficit primário desde o início da série histórica, só perdendo para os R\$ 743,2 bilhões de 2020.

Site:

<https://digital2.correiodopovo.com.br/pub/correiodopovo/index.jsp?serviceCode=login&edicao=10973>

STF retoma revisão da vida toda na quinta

O STF retoma, nesta quinta (1º), o julgamento da chamada revisão da vida toda, que possibilita ao segurado do **INSS** usar todas as suas contribuições previdenciárias para o cálculo de benefício. A revisão foi aprovada em dezembro de 2022, em julgamento presencial. Porém, após o reconhecimento, a AGU, que representa o **INSS** na Justiça, entrou com recurso para limitar os efeitos da decisão e o alcance do pagamento. Dentre os pedidos feitos estão o de que a correção passe a valer só após a publicação do acórdão do STF, em 13 de abril de 2023, que não seja possível abertura de ação rescisória para pagar valores a quem já perdeu o caso na Justiça e que seja declarada a nulidade do julgamento.

Site:

<http://www.impresso.diariodepernambuco.com.br/noticia/cadernos/economia/2024/01/stf-retoma-revisao-da-vida-toda-na-quinta.html>

STF retoma julgamento de revisão da vida toda

São Paulo - O Supremo Tribunal Federal (STF) retoma, na próxima quinta-feira (1º), o julgamento da chamada revisão da vida toda, que possibilita ao segurado do Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**) usar todas as suas contribuições previdenciárias para o cálculo de benefício, não apenas as feitas após julho de 1994.

Os institutos científico-jurídicos que participam do processo como "amicus curiae", Instituto Brasileiro de Direito Previdenciário (IBDP) e Instituto de Estudos Previdenciários (Ieprev), defendem que a decisão inicial seja cumprida em sua integralidade.

Para o diretor do IBDP, Diego Cherulli, uma eventual decisão que casse o direito aos atrasados (valores retroativos) será um precedente de enorme prejuízo aos segurados do **INSS**.

A revisão foi aprovada em dezembro de 2022, em julgamento presencial. Porém, após o reconhecimento, a Advocacia-Geral da União (AGU), que representa o **INSS** na Justiça, entrou com recurso para limitar os efeitos da decisão e o alcance do pagamento.

Dentre os pedidos feitos estão o de que a correção passe a valer só após a publicação do acórdão do STF, em 13 de abril de 2023, que não seja possível abertura de ação rescisória para pagar valores a quem já perdeu o caso na Justiça e que seja declarada a nulidade do julgamento.

O ministro Alexandre de Moraes aceitou em partes os chamados embargos e determinou que os processos sobre o tema fiquem parados, até que esses esclarecimentos adicionais sejam julgados.

A ministra Rosa Weber foi contrária e modulou o pagamento dos atrasados. Para ela, quem entrou com a ação até 26 de junho de 2019 - data em que o caso começou a ser julgado no Superior Tribunal de Justiça (STJ) - tem direito aos atrasados referentes aos cinco anos anteriores ao início do processo, ou seja, a partir de 17 de dezembro de 2019.

O ministro Cristiano Zanin, no entanto, trouxe uma reviravolta para o caso, atendendo pedido específico da AGU. Ele propôs retorno do processo ao STJ. Para ele, houve omissão no voto de Ricardo Lewandowski, a quem ele sucede, ao não observar o que diz o artigo

97 da Constituição.

O artigo determina que, para uma lei ser julgada inconstitucional, é preciso haver maioria absoluta na corte julgadora, o que não teria ocorrido no julgamento no STJ em 2019. O posicionamento foi seguido pelo presidente da corte, Luís Roberto Barroso, e por Dias Toffoli.

Antes do recesso do Judiciário, Moraes apresentou pedido de destaque para que o julgamento ocorra em plenário físico. Na retomada, os ministros poderão mudar seus votos. Apenas o de Rosa Weber não poderá ser alterado, pois ela já está aposentada.

A corte ainda começará o ano de 2024 com nova composição, ao incluir o ex-ministro da Justiça, Flávio Dino, como um de seus integrantes, o que pode trazer reviravoltas e mais espera em processos já em andamento, porque novos ministros costumam pedir vista (tempo maior) para analisar temas complexos.

"Novela" - A revisão é aguardada por aposentados e pensionistas há 20 anos. O advogado João Badari, do Ieprev, diz que a tentativa de anular o julgamento fere o regimento interno do STF, por não ter havido qualquer omissão no voto de Lewandowski. "Seu voto seguiu integralmente o do relator, que se manifestou pela impossibilidade de retorno dos autos para o STJ. É nítido que não houve omissão, e o **INSS** busca rediscutir e diminuir a decisão do colegiado." Segundo o IBDP, reduzir o período dos atrasados sob a justificativa de que o **INSS** não poderia ter agido de forma diferente, pois estava seguindo a lei, ratifica os excessos de interpretação restritiva da legislação feitos pelo **INSS**, que restringem direitos e o tornam o maior litigante do País.

"Essa discussão está trazendo à tona sensíveis questões acerca da administração da previdência pública brasileira e também sobre a cultura da falsa economia com protelação de direitos fundamentais. É preciso repensar o sistema", diz Cherulli, em nota. (Ana Paula Branco/Folhapress)

"Essa discussão está trazendo à tona sensíveis questões acerca da administração pública brasileira e sobre a cultura da falsa economia com protelação de direitos fundamentais"

Site: <https://diariodocomercio.com.br/versao-impressa/>

Correção vai valer por até dez anos

São Paulo - A revisão da vida toda é uma correção limitada, que não beneficia qualquer aposentado, mas apenas aqueles que recebiam salários maiores antes de julho de 1994. Além disso, parte dos beneficiados que não foram à Justiça no prazo já pode ter perdido o direito.

Para quem não entrou na Justiça, a correção só pode ser solicitada em até dez anos, contados a partir do mês seguinte ao primeiro pagamento do benefício. Se o pagamento da primeira aposentadoria foi feito em novembro de 2014, por exemplo, o prazo para pedir uma revisão de cálculo se encerra em dezembro de 2024.

Outro ponto a se observar é que o benefício precisa ter sido concedido com base nas regras da Lei 9.876, de novembro de 1999. Os pagamentos feitos à Previdência em outras moedas antes do real são considerados apenas na contagem do tempo total de contribuições, ou seja, os valores não entram no cálculo da média salarial, que é a base do benefício.

O aposentado precisa se encaixar nos seguintes requisitos: entrou no mercado formal de trabalho (com carteira assinada ou contribuindo de forma individual) antes de julho de 1994; realizou parte considerável das suas contribuições mais altas ao **INSS** até julho de 1994 e, depois, concentrou recolhimentos sobre valores mais baixos; recebeu o primeiro pagamento da aposentadoria há menos de dez anos (prazo máximo para exercer o direito à revisão do benefício; aposentou-se antes do início da última reforma da Previdência, em novembro de 2019; e teve o benefício concedido com base nas regras da lei 9.876, de 1999. Pela regra, os aposentados têm direito aos atrasados de cinco anos anteriores à data em que fizeram o pedido de revisão ao Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**) ou na Justiça. Quem já está com ação judicial tem direito a atrasados dos cinco anos anteriores mais o período de espera até receber o benefício com reajuste. Ou seja, quem entrou com ação há mais tempo consegue um período maior de retroativos. (Ana Paula Branco/Folhapress)

Site: <https://diariodocomercio.com.br/versao-impressa/>

Caixa paga novo Bolsa Família a beneficiários com NIS de final 9

Publicado em 30/01/2024 - 07:02
Agência Brasil - Brasília

Por

A Caixa Econômica Federal paga nesta terça-feira (29) a parcela de janeiro do novo Bolsa Família aos beneficiários com Número de Inscrição Social (NIS) de final 9.

O valor mínimo corresponde a R\$ 600, mas com o novo adicional o valor médio do benefício sobe para R\$ 685,61. Segundo o Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, neste mês o programa de transferência de renda do Governo Federal alcançará 21,12 milhões de famílias, com gasto de R\$ 14,48 bilhões.

Além do benefício mínimo, há o pagamento de três adicionais. O Benefício Variável Familiar Nutriz paga seis parcelas de R\$ 50 a mães de bebês de até seis meses de idade, para garantir a alimentação da criança. O Bolsa Família também paga um acréscimo de R\$ 50 a famílias com gestantes e filhos de 7 a 18 anos e outro, de R\$ 150, a famílias com crianças de até 6 anos.

No modelo tradicional do Bolsa Família, o pagamento ocorre nos últimos dez dias úteis de cada mês. O beneficiário poderá consultar informações sobre as datas de pagamento, o valor do benefício e a composição das parcelas no aplicativo Caixa Tem, usado para acompanhar as contas poupança digitais do banco.

A partir deste ano, os beneficiários do Bolsa Família não têm mais o desconto do Seguro Defeso. A mudança foi estabelecida pela Lei 14.601/2023, que resgatou o Programa Bolsa Família (PBF). O Seguro Defeso é pago a pessoas que sobrevivem exclusivamente da pesca artesanal e que não podem exercer a atividade durante o período da piracema (reprodução dos peixes).

Cadastro

Desde julho do ano passado, passa a valer a integração dos dados do Bolsa Família com o Cadastro Nacional de Informações Sociais (CNIS). Com base no cruzamento de informações, 3,7 milhões de famílias foram canceladas do programa em 2023 por terem renda acima das regras estabelecidas pelo

Bolsa Família. O CNIS conta com mais de 80 bilhões de registros administrativos referentes a renda, vínculos de emprego formal e benefícios previdenciários e assistenciais pagos pelo **INSS**.

Em compensação, outras 2,85 milhões de famílias foram incluídas no programa no ano passado. A inclusão foi possível por causa da política de busca ativa, baseada na reestruturação do Sistema Único de Assistência Social (Suas) e que se concentra nas pessoas mais vulneráveis que têm direito ao complemento de renda, mas não recebem o benefício.

Regra de proteção

Cerca de 2,4 milhões de famílias estão na regra de proteção em janeiro. Em vigor desde junho do ano passado, essa medida permite que famílias cujos membros consigam emprego e melhorem a renda recebam 50% do benefício a que teriam direito por até dois anos, desde que cada integrante receba o equivalente a até meio salário mínimo. Para essas famílias, o benefício médio ficou em R\$ 373,07.

Auxílio Gás

Neste mês não haverá o pagamento do Auxílio Gás, que beneficia famílias cadastradas no CadÚnico. Como o benefício só é pago a cada dois meses, o pagamento voltará em fevereiro.

Só pode receber o Auxílio Gás quem está incluído no CadÚnico e tenha pelo menos um membro da família que receba o Benefício de Prestação Continuada (BPC). A lei que criou o programa definiu que a mulher responsável pela família terá preferência, assim como mulheres vítimas de violência doméstica.

Site:

<https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2024-01/caixa-paga-novo-bolsa-familia-beneficiarios-com-nis-de-final-9>

STF retomará quinta-feira julgamento sobre revisão da vida toda

Publicado em 30/01/2024 - 06:45 Por Andre Richter - Repórter da Agência Brasil - Brasília

O Supremo Tribunal Federal (STF) vai retomar na próxima quinta-feira (1º) o julgamento sobre a revisão da vida toda de aposentadorias do Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**). O julgamento foi suspenso em dezembro do ano passado e será um dos processos previstos para análise em fevereiro.

Em 2022, o Supremo validou a revisão da vida toda e permitiu que aposentados que entraram na Justiça possam pedir o recálculo do benefício com base em todas as contribuições feitas ao longo da vida.

Pela decisão da Corte, ficou reconhecido que o beneficiário pode optar pelo critério de cálculo que renda o maior valor mensal, cabendo ao aposentado avaliar se o cálculo da vida toda pode aumentar ou não o benefício.

Segundo o entendimento, a regra de transição que excluía as contribuições antecedentes a julho de 1994, quando o Plano Real foi implementado, pode ser afastada caso seja desvantajosa ao segurado.

Apesar do entendimento do STF, a revisão da vida toda ainda não é aplicada devido a um recurso do **INSS**. O órgão entrou com o recurso para restringir os efeitos da validade da revisão.

O **INSS** quer excluir a aplicação da revisão a benefícios previdenciários já extintos, decisões judiciais que negaram direito à revisão conforme a jurisprudência da época e proibição de pagamento de diferenças antes de 13 de abril de 2023, data na qual o acórdão do julgamento do STF foi publicado.

Placar

O último andamento do processo ocorreu no dia 1º de dezembro do ano passado, quando o ministro Alexandre de Moraes interrompeu o julgamento no plenário virtual da Corte. Com a decisão, o julgamento foi suspenso e terá continuidade na modalidade presencial na próxima quinta-feira.

Antes do pedido de destaque que suspendeu o julgamento, o placar estava indefinido sobre qual posicionamento deve prevalecer.

Os ministros Fachin, Rosa Weber (votou antes da aposentadoria) e Cármen Lúcia votaram para estabelecer como marco para o recálculo o dia 17 de dezembro de 2019, data na qual o Superior Tribunal de Justiça (STJ) reconheceu o mesmo direito de revisão a um segurado do **INSS**.

Os ministros Cristiano Zanin, Dias Toffoli e Luís Roberto Barroso votaram pela anulação da decisão do STJ.

Outros processos

Além da retomada do julgamento sobre a revisão de toda vida, o Supremo vai realizar na quinta-feira (1º) a instalação do Ano Judiciário 2024, cerimônia que marca o início dos trabalhos do plenário após o recesso de fim de ano.

Em fevereiro, o Supremo também deve julgar ações da chamada pauta verde, que cobram ações governamentais para combater o desmatamento da Amazônia, a legalidade de provas obtidas durante revista íntima em presídios, além das ações penais que podem condenar réus pelo 8 de janeiro de 2023.

Eleições 2024

No próximo mês, o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) deve aprovar uma resolução para regulamentar o uso da inteligência artificial durante as eleições municipais de outubro.

O TSE pretende garantir a proibição da manipulação de vozes e imagens de conteúdo sabidamente inverídico para divulgação de desinformação contra a lisura das eleições e de propaganda negativa contra candidatos e partidos nas redes sociais e na propaganda eleitoral.

O objetivo é evitar a circulação de montagens de imagens e vozes produzidas por aplicativos de inteligência artificial para manipular declarações falsas de candidatos e autoridades envolvidas com a organização do pleito.

STJ

O Superior Tribunal de Justiça (STJ) também retornará

as atividades no plenário. Um dos julgamentos mais esperados para 2024 trata do pedido do governo da Itália para que o ex-jogador de futebol Robinho cumpra no Brasil condenação por estupro.

O ex-jogador foi condenado em três instâncias italianas pelo envolvimento em um estupro coletivo, ocorrido dentro de uma boate de Milão em 2013. A pena imputada foi de nove anos de prisão. A data do julgamento não foi anunciada.

Site:

<https://agenciabrasil.ebc.com.br/justica/noticia/2024-01/stf-retomara-quinta-feira-julgamento-sobre-revisao-da-vida-toda>

CGU diz que índice de percepção da corrupção deve ser visto com cautela

Após a divulgação do ranking IPC (Índice de Percepção da Corrupção) de 2023, no qual o Brasil caiu dez posições e ficou em 104º lugar entre 180 países, a CGU (Controladoria-Geral da União) afirmou em nota publicada nesta terça-feira (30) que os resultados de levantamentos do tipo devem ser vistos com cautela.

Segundo a CGU, estudos internacionais discutem as limitações metodológicas de índices baseados em percepção. "Diversos organismos internacionais -entre eles ONU, G20 e OCDE- têm discutido a elaboração de novas medidas sobre o tema. A corrupção é um fenômeno complexo e nenhum indicador consegue medir todos os seus aspectos", diz trecho do **comunicado**.

O órgão afirma que o governo de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) vem restabelecendo a estrutura dos conselhos de políticas públicas para a prevenção e o controle da corrupção e destaca que o IPC reconheceu avanços nos âmbitos do controle social, da transparência e do acesso à informação.

A CGU diz trabalhar para identificar e corrigir riscos de corrupção em políticas públicas, contratações e outras ações do Estado. "Também estamos fortalecendo a integridade dos órgãos federais e colaborando para a implementação de programas de integridade pública, fomentando a adoção de mecanismos de prevenção à corrupção por empresas e aprimorando mecanismos de detecção e sanção de corrupção."

O IPC de 2023 foi divulgado nesta terça pela ONG Transparência Internacional. Enquanto a média mundial ficou estagnada em 43 pontos pelo 12º ano consecutivo -o índice vai de 0, que caracteriza o cenário mais corrupto, a 100, para o mais íntegro-, a pontuação brasileira caiu de 38 para 36 pontos no primeiro ano do terceiro mandato do presidente Lula.

Segundo o relatório, a responsabilidade pelo desmonte de marcos institucionais contra a corrupção que levaram décadas para ser erguidos é da gestão de Jair Bolsonaro (2019-2022). Ao mesmo tempo, porém, o governo Lula vem falhando na reconstrução de mecanismos similares.

Os fatores negativos que contribuem para o resultado envolvem o Executivo, Legislativo e Judiciário. O

relatório lista entre os pontos negativos do governo Lula 3 a indicação de Cristiano Zanin, amigo pessoal do presidente, ao STF (Supremo Tribunal Federal); a manutenção, ainda que com uso limitado, das chamadas emendas do relator; e o aumento do fundo eleitoral para as eleições de 2024.

Embora o Brasil tenha caído posições no ranking, o relatório também menciona eventos que facilitaram o combate à corrupção ocorridos no Brasil no ano passado. São exemplos indicações para postos-chaves na Polícia Federal baseados em competências técnicas e a aprovação da **reforma tributária**, cuja simplificação pode dificultar práticas corruptas.

Assinantes podem liberar 5 acessos por dia para conteúdos da Folha

Assinantes podem liberar 5 acessos por dia para conteúdos da Folha

Assinantes podem liberar 5 acessos por dia para conteúdos da Folha

Recurso exclusivo para assinantes

assine ou faça login

Leia tudo sobre o tema e siga:

Você já conhece as vantagens de ser assinante da Folha?

Além de ter acesso a reportagens e colunas, você conta com newsletters exclusivas (conheça aqui).

Também pode baixar nosso aplicativo gratuito na Apple Store ou na Google Play para receber alertas das principais notícias do dia.

A sua assinatura nos ajuda a fazer um jornalismo independente e de qualidade. Obrigado!

Mais de 180 reportagens e análises publicadas a cada dia. Um time com mais de 200 colunistas e blogueiros. Um jornalismo profissional que fiscaliza o poder público, veicula notícias proveitosas e inspiradoras, faz contraponto à intolerância das redes sociais e traça uma linha clara entre verdade e mentira. Quanto custa ajudar a produzir esse conteúdo?

com cautela? porque? porque não querem que mostre o tamanho da incompetencia de todos esses homens "ibilados" que comandam o país?

Site: <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2024/01/cgu-diz-que-indice-de-percepcao-da-corrupcao-deve-ser-visto-com-cautela.shtml>

Brasil cai 10 posições em ranking de percepção da corrupção, diz estudo

O Brasil caiu dez posições e ficou em 104º lugar entre 180 países no ranking IPC (Índice de Percepção da Corrupção) de 2023, divulgado pela ONG Transparência Internacional nesta terça-feira (30). Em escala global, o levantamento aponta para um enfraquecimento do sistema judiciário e do Estado de Direito .

Enquanto a média mundial ficou estagnada em 43 pontos pelo 12º ano consecutivo -o índice vai de 0, que caracteriza o cenário mais corrupto, a 100, para o mais íntegro-, a pontuação brasileira caiu de 38 para 36 pontos no primeiro ano do terceiro mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT).

Segundo o relatório, a responsabilidade pelo desmonte de marcos institucionais contra a corrupção que levaram décadas para ser erguidos é da gestão de Jair Bolsonaro (2019-2022). Ao mesmo tempo, porém, o governo Lula vem falhando na reconstrução de mecanismos similares.

"Tivemos uma série de retrocessos nos últimos anos e agora estamos testemunhando a dificuldade do processo de reconstrução das instituições", diz Guilherme France, gerente do centro de conhecimento anticorrupção da Transparência Internacional.

"A lição que fica é que o processo de degradação das instituições que compõem o Estado democrático de Direito pode acontecer de forma bastante rápida, mas o de reconstrução é demorado e demanda envolvimento de todos os atores da sociedade."

O relatório lista entre os pontos negativos do governo Lula 3 a indicação de Cristiano Zanin , amigo pessoal do presidente, ao STF (Supremo Tribunal Federal); a manutenção, ainda que com uso limitado, das chamadas emendas do relator , ferramenta que permite aos parlamentares requerer verbas sem prover detalhes como identificação ou destino dos recursos; e o aumento do fundo eleitoral para as eleições de 2024.

Embora o Brasil tenha caído posições no ranking, o relatório também menciona eventos que facilitaram o combate à corrupção ocorridos no Brasil no ano passado. São exemplos indicações para postos-chaves na Polícia Federal baseados em competências técnicas e a aprovação da **reforma tributária** , cuja

simplificação pode dificultar práticas corruptas.

O país, contudo, ainda figura abaixo das médias global (43 pontos), das Américas (43 pontos) e dos Estados da OCDE, ou Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (66 pontos), no ranking. Sua pontuação também está abaixo da média de 48 pontos do grupo das nações classificadas de "democracias falhas", que têm eleições livres e respeitam liberdades civis básicas, mas podem ter problemas como, por exemplo, violações da liberdade de imprensa.

Propostas da Transparência Internacional para combater a corrupção no Brasil incluem cessar o uso do que chama de "mecanismos opacos" nas negociações políticas, como as emendas do relator; promover independência e diversidade nas nomeações aos cargos de alto escalão; remover do governo funcionários que estejam sob investigação ou sendo processados por corrupção, entre outras medidas.

Receba no seu email uma seleção semanal com o que de mais importante aconteceu no mundo

Carregando...

Numa perspectiva global, o levantamento mostra que a maioria dos países fez pouco ou nenhum progresso no combate à corrupção no setor público. Nos últimos 12 anos, o índice mostra que apenas 28 das 180 nações melhoraram seu desempenho no ranking, enquanto 34 países pioraram de forma significativa.

O relatório aponta que houve enfraquecimento dos sistemas judiciários e do Estado de Direito desde 2016, uma consequência do avanço do autoritarismo em alguns países. Mesmo em contextos democráticos, diz o estudo, os mecanismos que mantêm os governos sob controle enfraqueceram.

No continente americano, o Judiciário não está conseguindo cumprir o papel de controle sobre os outros poderes do governo, alerta o relatório. "A falta de independência judicial prejudica o Estado de Direito, promove a corrupção e leva à impunidade dos corruptos e poderosos", diz trecho do texto.

Um exemplo é a Guatemala (23 pontos), país que

registrou diminuição de dez pontos no IPC desde 2012. A queda é atribuída a três administrações sucessivas alinhadas com práticas corruptas, segundo o relatório. Nesse sentido, o presidente recém-empossado Bernardo Arévalo teria o desafio de dismantlar as redes de corrupção que se infiltraram no Estado para restaurar funções essenciais das instituições.

Apenas dois países, Guiana (40 pontos) e República Dominicana (35), melhoraram o desempenho no IPC na última década, enquanto os outros ficaram estagnados ou tiveram suas pontuações diminuídas.

O Canadá (76) e o Uruguai (73), com controles anticorrupção mais robustos, estão no topo da classificação regional. Venezuela (13), Haiti (17) e Nicarágua (17) têm as pontuações mais baixas, caracterizadas por impunidade generalizada e falta de independência do Judiciário, segundo o relatório. A ditadura venezuelana, que ocupa o 177º lugar no ranking, aliás, está à frente de apenas um país dos 180, a Somália.

Receba no seu email os grandes temas da China explicados e contextualizados

Carregando...

O Chile (66) é destacado pelo CPI devido às "sólidas instituições democráticas e altos níveis de transparência". No entanto, o país registrou queda na pontuação desde 2014. Este ano, a nação se encontra em um momento crucial, diz o relatório, com potencial para combater a corrupção e coibir o crime organizado se colocar em vigor as recomendações fornecidas pela Comissão Consultiva de Probidade e Transparência.

Os Estados Unidos , que têm eleições neste ano, aparecem em 24º lugar com 69 pontos, à frente da média global. Seus rivais China (42 pontos), em 76º lugar, e Rússia (26 pontos), em 141º lugar, estão atrás.

O Índice de Percepção da Corrupção analisou 180 países e territórios no ano passado, com base em 13 fontes independentes de dados -cada local foi avaliado de acordo com pelo menos três delas. Elaborado desde 1995, o levantamento passou por alterações metodológicas em 2012, o que permite fazer a série histórica em que se observa a estagnação na média global em torno dos 43 pontos.

Assinantes podem liberar 5 acessos por dia para conteúdos da Folha

Assinantes podem liberar 5 acessos por dia para conteúdos da Folha

Assinantes podem liberar 5 acessos por dia para conteúdos da Folha

Recurso exclusivo para assinantes

assine ou faça login

Leia tudo sobre o tema e siga:

Você já conhece as vantagens de ser assinante da Folha?

Além de ter acesso a reportagens e colunas, você conta com newsletters exclusivas (conheça aqui).

Também pode baixar nosso aplicativo gratuito na Apple Store ou na Google Play para receber alertas das principais notícias do dia.

A sua assinatura nos ajuda a fazer um jornalismo independente e de qualidade. Obrigado!

Mais de 180 reportagens e análises publicadas a cada dia. Um time com mais de 200 colunistas e blogueiros. Um jornalismo profissional que fiscaliza o poder público, veicula notícias proveitosas e inspiradoras, faz contraponto à intolerância das redes sociais e traça uma linha clara entre verdade e mentira. Quanto custa ajudar a produzir esse conteúdo?

Site:

<https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2024/01/brasil-cai-10-posicoes-em-ranking-de-percepcao-da-corrupcao-diz-estudo.shtml>

Brasil cai 10 posições em ranking que mede percepção sobre corrupção

Por Vinícius Cassela, g1 - Brasília

O IPC mede como especialistas e empresários enxergam a integridade do setor público nos 180 países pesquisados. A nota vai de zero a 100, onde zero significa "altamente corrupto" e 100 significa "muito íntegro".

Quanto melhor a posição no ranking, menos o país é considerado corrupto. O Brasil ficou com a mesma pontuação da Argélia, da Sérvia e da Ucrânia.

Entre os países das Américas, o Brasil ficou atrás, por exemplo, de Uruguai (76 pontos), Chile (66 pontos), Cuba (42 pontos) e Argentina (37 pontos).

O Brasil ainda ficou dois pontos a menos do que no ano anterior (2022), abaixo da média global, que está em 43 pontos. Esta é a segunda pior pontuação recebida pelo Brasil desde que o índice é calculado. Nos anos de 2018 e 2019 o país recebeu apenas 35 pontos.

O país mais bem classificado no ranking foi a Dinamarca, com 90 pontos. A Somália recebeu a menor pontuação, com 11 pontos. Veja abaixo lista com algumas posições:

Para a Transparência Internacional, em 2023, o Brasil falhou na reconstrução do pilar político de controle da corrupção. Mas, segundo a Controladoria-Geral da União (CGU), a prevenção à corrupção é algo que vem sendo trabalhado (leia trecho da nota abaixo).

Para introduzir a crítica, o relatório da entidade cita o governo do ex-presidente Jair Bolsonaro como um retrocesso no combate a corrupção no país.

Os anos de Jair Bolsonaro na Presidência da República deixaram a lição de como, em poucos anos, podem ser desmontados os marcos legais e institucionais anticorrupção que o país levou décadas para construir, menciona.

De acordo com o organismo internacional, o combate à corrupção é construído sob três pilares de um sistema de controles: o judicial, o político e o social. Pilares esses que, segundo a análise do relatório, Bolsonaro se esforçou para atacar.

Se tratava de um governo dedicado intensamente à neutralização de cada um desses pilares, seja para blindar sua família de investigações de esquemas de corrupção fartamente comprovados, seja para evitar um processo de impeachment por seus incontáveis crimes de responsabilidade e ataques à democracia, prossegue.

Com relação ao governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o relatório critica, por exemplo, a flexibilização da Lei das Estatais.

Já há sinais de piora nos termos atuais de barganha entre governo federal e Congresso, com a reintrodução de outra grande moeda de troca política: o loteamento das estatais, pontua.

Nesse sentido, a Transparência Internacional cita o caso da Petrobras.

Os efeitos já começaram a ser sentidos na principal empresa brasileira e foco de macro esquemas de corrupção, a Petrobras, com afrouxamento de regras de blindagem política no estatuto da companhia e nomeações de gestores atropelando vetos do departamento de compliance, inclusive indivíduos investigados por corrupção, destaca.

Como ponto positivo da atual gestão, o relatório menciona uma decisão da Controladoria-Geral da União (CGU) de reverter o sigilo de documentos determinados pelo governo anterior.

O âmbito do controle social da corrupção, houve avanços. A Controladoria-Geral da União (CGU) reverteu quase duas centenas de sigilos abusivos determinados pelo governo Bolsonaro e, mais importante, estabeleceu regras para prevenir novas violações da Lei de Acesso à Informação, detalha.

A operação da Polícia Federal que investiga espionagem ilegal da Agência Brasileira de Inteligência (Abin) também é citada no parecer da Transparência Internacional como algo positivo.

E a aprovação da **Reforma Tributária** é avaliada com potencial para diminuir a possibilidade de regimes especiais e a influência do lobby ou pagamento de suborno a autoridades.

A Transparência Internacional fez uma série de recomendações. Entre elas, a implementação de uma política nacional anticorrupção, que seja desenvolvida com ampla participação da sociedade civil .

Outra orientação foi para que o governo garanta máxima transparência nos programas de investimento público, como, por exemplo, o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

Além disso, que preserve a Lei das Estatais e fortaleça os mecanismos de governança dessas empresas, impedindo que se tornem moeda de troca .

Outra recomendação feita ao governo federal é de que se estabeleça um inventário nacional de ferramentas de vigilância em posse de autoridades estatais e empresas privadas, além de adotar mecanismos rígidos de transparência e controle para a aquisição e uso dessas ferramentas.

Em nota, a Controladoria-Geral da União (CGU) informa que o governo vem restabelecendo a estrutura dos conselhos de políticas públicas e que a CGU trabalha diariamente para corrigir riscos de corrupção em políticas públicas, contratações e outras ações do Estado .

Além disso, a Controladoria argumenta que vem fortalecendo a integridade dos órgãos federais e colaborando para a implementação de programas de integridade pública, fomentando a adoção de mecanismos de prevenção à corrupção por empresas e aprimorando mecanismos de detecção e sanção de corrupção .

Site:

<https://g1.globo.com/politica/noticia/2024/01/30/brasil-cai-10-posicoes-em-ranking-que-mede-percepcao-sobre-corrupcao.shtml>

Gasolina, diesel e gás ficam mais caros com novo ICMS

NICOLA PAMPLONA*

Os preços da gasolina, do diesel e do botijão de gás ficarão mais caros a partir de quinta-feira, com o início da vigência de novas alíquotas do ICMS aprovadas pelos governos estaduais em outubro. O ICMS da gasolina subirá R\$ 0,15, para R\$ 1,37 por litro. Considerando a pesquisa de preços da Agência Nacional do Petróleo, Gás e Biocombustíveis (ANP), o preço médio do produto no país passaria de R\$ 5,56 para R\$ 5,71 por litro. No diesel, a alta será de R\$ 0,12, para R\$ 1,06 por litro, levando o preço do diesel S-10 novamente para acima dos R\$ 6 por litro. Esse combustível já teve um repique no início do ano, com a retomada da cobrança de **impostos** federais. Já a alíquota do gás de cozinha foi definida em R\$ 1,41 por quilo, aumento de R\$ 0,16 em relação ao vigente atualmente. O botijão de 13 quilos, em média, subiria de R\$ 100,98 para R\$ 103,6, dificultando o desejo do governo de levar esse preço para abaixo dos R\$ 100.

É o primeiro aumento do ICMS após a mudança do modelo de cobrança do imposto, que passou a ter alíquotas em reais por litro e não mais em percentual sobre um preço estimado de bomba dos produtos. A intensidade da alta é criticada pelo setor. As distribuidoras de gás de cozinha, por exemplo, alegam que em 18 estados o botijão passa a ter alíquota equivalente a mais de 18% do preço do produto, excedendo o teto legal para a cobrança do imposto sobre produtos essenciais.

O aumento dos **impostos** ocorre num momento de queda do preço da gasolina no país, reflexo da redução das cotações do etanol anidro, que representa 27% da mistura vendida nos postos. Gasolina e etanol mais baratos contribuíram para que o IPCA-15 atingisse, em janeiro, a menor taxa para o mês em cinco anos.

A alta na carga tributária pega a Petrobras com pouca margem para redução de preços nas refinarias, medida que foi adotada para minimizar aumentos de **impostos** em 2023: o preço do petróleo subiu 6% na semana, diante da instabilidade geopolítica e de sinais de recuperação da economia dos Estados Unidos. Na abertura do mercado ontem, o preço médio da gasolina nas refinarias brasileiras estava R\$ 0,18 por litro abaixo da paridade de importação medida pela Associação Brasileira dos Importadores de

Combustível.

Em sua nova política de preços, a Petrobras diz que não usa mais apenas esse indicador, considerando também o custo interno de produção e a disputa pelo mercado com outros combustíveis concorrentes. Mas a companhia não tem se afastado muito dos preços internacionais. Nas primeiras 28 semanas sob a nova política, por exemplo, o preço médio de venda da gasolina da estatal equivale, em média, a 97% da paridade de importação calculada pela Agência Nacional do Petróleo, Gás e Bio-combustíveis (ANP). Já o preço médio do diesel foi equivalente a 92% da paridade.

defasagem

O preço do diesel no Brasil está em média 11% defasado em relação ao mercado internacional, o que poderia acarretar em um aumento de R\$ 0,45 por litro, segundo levantamento da Abi-com. Nas refinarias da Petrobras, essa diferença chega a ser de 13%, abrindo espaço para uma alta de R\$ 0,50 por litro, informa a associação. Segundo a Abicom, as janelas de importação do diesel estão há 34 dias fechadas e da gasolina, há 13 dias. "Apesar da estabilidade no câmbio, os preços de referência da gasolina e do óleo diesel apresentaram valorização no mercado internacional no fechamento de sexta. O cenário médio de preços está abaixo da paridade para o óleo diesel e para gasolina", informou a Abicom em seu boletim diário.

A Acelen, refinaria privada que detém 14% do mercado de combustíveis no Brasil, aumentou o preço do diesel na última quarta-feira, em R\$ 0,08 por litro. (*Folhapress)

APOSENTADORIAS

O Supremo Tribunal Federal (STF) retoma, na quinta-feira, o julgamento da chamada revisão da vida toda, que possibilita ao segurado do Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**) usar todas as suas contribuições previdenciárias para o cálculo de benefício, não apenas as feitas após julho de 1994. Os institutos científico-jurídicos que participam do processo como "amicus curiae", Instituto Brasileiro de Direito Previdenciário (IBDP) e Iprevid, defendem que a decisão inicial seja cumprida em sua integralidade.

Para Diego Cherulli, diretor do IBDP, eventual decisão que casse o direito aos atrasados (valores retroativos) será um precedente de enorme prejuízo aos segurados do **INSS**.

Site: <https://digital.em.com.br/estadodeminas>

Ativos podem passar por revisão

Adriana Cotias e Maria Fernanda Salinet De São Paulo

Se o trabalho do Federal Reserve (Fed, o banco central americano) se provar duradouro no sentido de tirar o risco inflacionário de cena sem causar uma desaceleração profunda na economia, pode haver uma revisão histórica nos preços dos ativos, partindo do mercado de títulos soberanos dos Estados Unidos. É o que Rodrigo Azevedo, sócio e executivo-chefe de investimentos (CIO) da Ibiuna, vê chance de acontecer.

Em evento do UBS, o ex-diretor do Banco Central (BC) disse que hoje os mercados projetam nas negociações com os Treasuries e estratégias ligadas a juros uma taxa neutra (que não acelera nem contrai a economia e que não traz **inflação**) de 3,25%, mais alta do que se observou no passado. Antes da pandemia de covid-19, esse referencial rodava mais próximo de 2%, 2,5%. Em meio a discussões se a crise sanitária e outras mudanças estruturais como a tecnologia, conflitos geopolíticos, desglobalização e transição climática trouxeram a taxa para cima, Azevedo suspeita que pode haver uma volta para a média dos anos anteriores.

"A exceção talvez tenha sido entre 2020 e 2023[...] se voltar para o que era antes, se o mundo para frente for mais parecido com o que foi lá atrás, há uma oportunidade histórica de precificar uma queda de juros, de 3,25% para baixo", comentou Azevedo.

Por ora, ele diz que não tem graça se apegar ao curto prazo de EUA, porque a taxa de 3,25% já está nos preços. "A gente gosta de ficar aplicado se achar que o consenso vai mudar, se chegar à conclusão que o mundo certo era o anterior. Daí se prepara, porque se for aquele mundo há uma oportunidade de investimento histórica", disse Azevedo.

A crítica que se fazia ao Fed de 2021 era que a autoridade monetária via a **inflação** como transitória, demorou a agir e o índice subiu para 8%, 9%, um nível que não se via desde a década de 1970. "No auge, errou tudo. Mas surpreendeu na volta e com baixo custo para o produto [**PIB**]. Mais do que tudo, foi um alívio enorme, mas todo mundo se pergunta o que aconteceu." Sob os impactos do deslocamento do mercado de trabalho na pandemia em relação à produtividade e investimentos, as métricas tradicionais deixaram de dar uma visão acurada do futuro. O principal aprendizado, disse Azevedo, é entender que os modelos são importantes para dar uma visão, mas

não necessariamente vão se materializar. A despeito disso, o ex-BC considera que 5% é muito juro para os Estados Unidos, após a **inflação** cair para a casa dos 2%. Manter nesse patamar significaria deixar a taxa real alta demais.

Ele avalia que, em março, o BC americano pode dar uma mensagem mais clara de que o início dos cortes vem a partir de maio. O mercado já embute reduções de dois pontos percentuais em 18 meses, por isso essa primeira parte do jogo acabou a seu ver.

A Ibiuna tem sido muito tática na composição da sua carteira. No Brasil, Azevedo disse não ver grande risco no curtíssimo prazo, o país pode surfar a onda internacional, mas ele acha que os prêmios estão magros. "Não é uma história de Brasil é um "play global", disse. "Nestes níveis de preços aqui, vejo outras oportunidades. Temos R\$ 30 bilhões [sob gestão], olhamos para 27 países, não preciso estar aplicado em Brasil. A gente não tem posição estrutural, mas se abrir prêmio, eu venho." O que tira o sono do gestor é a sucessão presidencial nos EUA, que pode inverter a lógica de que quando os juros caem, o dólar se enfraquece e há um deslocamento de capital para outros lugares.

Se a agenda de uma eventual nova gestão do ex-presidente Donald Trump for reduzir **impostos**, a tendência é a moeda americana se fortalecer, é ruim para emergentes e para ativos de risco.

Num segundo semestre que no Brasil também será marcado por eleições municipais, o fiscal pode ficar mais fragilizado, sobrando para o real. "Uma Selic que não é mais 14%, 13,75%, que compra muito desaforo fiscal, mas a 9% aguenta menos. Com o dólar se apreciando pode ser outro mundo, são dois a três meses que podem balançar muito." Apesar de ver um cenário em que a principal dinâmica de investimentos tende a ser os cortes de juros, Rogério Xavier, CEO da SPX Capital, mostrou preocupação com a principal economia asiática. "Se errar o cenário de China, a gente vai errar tudo. O risco é real, temos que botar todos os nossos olhos para lá, pode ser um fator desestabilizador forte", comentou.

A inquietação contrasta com os bons ventos para os EUA, que têm conseguido desinflacionar os preços sem causar recessão. A sua percepção é que, em março, o Fed já poderia iniciar o corte dos juros, o que, potencialmente, abriria uma brecha para o BC no Brasil revisar o ritmo de reduções da Selic.

Para o gestor, moedas emergentes de países ligados à economia asiática podem sofrer com um ambiente adverso na China, via preço de commodities. A alta alavancagem das empresas, bancos problemáticos e um sistema paralelo de crédito ("shadow banking") trilionário e opaco são potenciais problemas. "Eu consigo imaginar, como na crise da Ásia, em 1997, acordar de manhã e ver a bolsa de Hong Kong caindo 10%." Xavier elogiou a atuação do BC local, depois de ter sido um crítico de primeira hora tanto na baixa rápida dos juros durante a pandemia, quanto na alta com o choque inflacionário após a crise sanitária. "A gente estava errado e o BC, apesar de ter errado também, era um dos que acreditavam no crescimento econômico mais vigoroso do que todo mundo achava. A **inflação** também surpreendeu para baixo. Jamais, no meu melhor sonho, imaginava que o BC entregaria a **inflação** na meta em 2023, foi extraordinário o trabalho que fez." Para ele, o que falta para o BC acelerar o passo é uma melhor visibilidade do mercado de trabalho e as projeções de **inflação** do mercado para 2024 e 2025 embicarem para baixo.

"Se errar o cenário para a China, a gente vai errar tudo. O risco é real, temos que voltar todos os nossos olhos para lá" Rogério Xavier

Site: <https://valor.globo.com/virador#/edition/187777>

Justiça fiscal e Imposto de Renda (Artigo)

Victor Humberto Maizman

Foi noticiado pela imprensa que o governo federal vai encaminhar ao Congresso Nacional projeto de lei para que quem receba até dois salários mínimos mensais fique isento do Imposto de Renda.

Importante ressaltar que a última correção da tabela do Imposto de Renda aconteceu há nove anos, vindo a levar a faixa de isenção para R\$ 1.903,98, correspondendo na época, quase 2,5 vezes o salário mínimo, que foi fixado em R\$ 788,00 para o ano de 2015.

Com a defasagem da tabela, outro fator que contribui para incluir cada vez mais pessoas na incidência do Imposto de Renda é a **inflação**.

Desde 2015, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) acumula uma alta de mais de 66%.

Então, considerando que há a correção anual do valor do salário mínimo, que por sua vez, leva em consideração os índices inflacionários, o mesmo critério deveria ser adotado para o valor correspondente a isenção do Imposto de Renda.

Mas não é só nesse ponto que a legislação deve ser alterada, mas também com relação à necessária reforma da lei no sentido de permitir que o cidadão pagador de **impostos** possa deduzir outros gastos considerados como essenciais, a exemplo dos medicamentos.

Do ponto de vista jurídico, há sim uma regra prevista na Constituição Federal que impõe que o poder de tributar deve observar a capacidade contributiva do contribuinte, a fim de assegurá-lo uma incidência fiscal que não venha a comprometer sua subsistência.

Como mencionado em outras oportunidades, a legislação do Imposto de Renda não permite que sejam deduzidas as despesas com medicamentos, hipótese que viola inclusive o Princípio Constitucional da Dignidade Humana, conforme inclusive já observado pelo Supremo Tribunal Federal quando afastou a possibilidade de se cobrar o referido tributo sobre o recebimento de pensões alimentícias.

Com efeito, se o contribuinte pode abater as despesas em que incorreu com médicos, dentistas e outros profissionais de saúde, sem obedecer a limite, uma

vez que tais despesas se revelam involuntárias e absolutamente necessárias, não se revela lógico proibir o abatimento de gastos com medicamentos.

Se assim o é, como justificar que as primeiras sejam dedutíveis e aquelas decorrentes da aquisição de medicamentos, não?

Não por isso, deve ser considerado que o direito deve ser interpretado de forma lógica, caso contrário abre margem à arbitrariedade tal qual ora pontuada.

De todo modo, constatada então que a atualização da faixa de isenção do Imposto de Renda, bem como a dedução das despesas com a compra de remédios tem respaldo no Princípio Constitucional da Dignidade da Pessoa Humana, em especial do contribuinte no tocante à Justiça Fiscal, é possível assegurar que tais direitos podem ser reconhecidos pelo Poder Judiciário mediante a via judicial adequada, ainda que inexistente previsão legal.

Victor Humberto Maizman é advogado e consultor jurídico tributário, professor em direito tributário

Site: <https://www.gazetadigital.com.br>

Infraestrutura: recursos não chegarão a 2% do PIB

VINÍCIUS NEDER vmicius.neder@og1obo.coni.br

Os investimentos em infraestrutura na economia terão um aumento nominal, sem descontar a **inflação**, de 11% neste ano ante 2023, para R\$ 215,8 bilhões, mas seguirão abaixo de 2% do **PIB**, segundo dados que acabam de ser atualizados pela Inter. B Consultoria.

Mesmo com o novo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), lançado em agosto pelo governo federal, os investimentos públicos deverão ficar em 0,64% do **PIB** este ano, pouco acima do 0,6% de 2023, a metade do que foi em 2010. Para Cláudio Frischtak, presidente da Inter. B, os dados sugerem que o programa não conseguirá elevar substancialmente os aportes públicos.

No total, o investimento em infraestrutura projetado para 2024 ficará em 1,87% do **PIB**, ante 1,79% em 2023, segundo a Carta de Infraestrutura, relatório atualizado periodicamente pela consultoria.

Desde 2016, os aportes na manutenção e construção de estradas, portos, aeroportos, linhas de transmissão, geração de eletricidade e redes de telecomunicações estão abaixo de 2% do **PIB**, quando, nas estimativas de Frischtak, deveriam ficar por anos no nível de 4%, para modernizar a infraestrutura do país.

Segundo o consultor, os dados da Carta de Infraestrutura apontam para um pequeno efeito do PAC não apenas por causa do avanço modesto no investimento público em infraestrutura como proporção do **PIB**, mas também por causa da composição.

Entre 2022 e a projeção para 2024, apenas o investimento público federal em rodovias teve um crescimento significativo. Ainda assim, ressaltou Frischtak, o aumento maior foi em 2023, e parece estar mais relacionado ao espaço para gastos criado pela emenda constitucional aprovada ainda na transição de governo -a chamada "PEC da transição". O investimento em mobilidade urbana, por exemplo, pouco mudou.

- Quando olhamos a distribuição dos investimentos em estruturas públicas, tem menos a ver com o PAC e mais a ver com peculiaridades dos setores - disse o presidente da Inter.B Ao analisar os dados por setor, o consultor chamou a atenção para os investimentos em

saneamento básico. Para Frischtak, os dados parecem mostrar efeitos do novo marco legal para o setor, aprovado em 2020. Os R\$ 7,9 bilhões projetados em aportes privados este ano deverão ter um bom impulso de concessões como as do Rio.

DEMANDA EM ALTA NO BNDES A diretora de Infraestrutura, Transição Energética e Mudança Climática do BNDES, Luciana Costa, aponta para maior demanda por financiamentos para infraestrutura. O banco aprovou R\$ 57,4 bilhões em novos financiamentos para o setor em 2023, alta nominal de 24% ante 2022, e liberou R\$ 36,1 bilhões para projetos já aprovados, aumento de 27%. Para 2024, a diretora vê novos aumentos de 25% a 30% nos dois indicadores: - O carro-chefe serão os projetos de transição energética, saneamento básico e o financiamento a concessões recentes.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

O que preocupa é a trajetória prevista para a dívida

Estevão Taiar

O déficit primário registrado no ano passado, o segundo maior da série histórica do Tesouro Nacional, mostra a dificuldade que o governo federal deve encontrar para colocar a dívida pública em uma trajetória de estabilidade. Por enquanto, cenário externo favorável, **inflação** doméstica em queda e robustez do balanço de pagamentos brasileiro facilitam o financiamento dessa dívida. Mas o quadro pode mudar rapidamente com uma piora da conjuntura global.

Conforme divulgado nesta segunda-feira, 29, pelo Tesouro Nacional, o governo central teve resultado primário negativo de R\$ 230,5 bilhões em 2023, o segundo maior, já levando em conta a **inflação**, desde 1997. O déficit só foi menor do que os R\$ 939 bilhões registrados em 2020, o primeiro ano da pandemia. Além disso, o número foi influenciado pela regularização de um estoque de R\$ 93 bilhões de precatórios.

Mais importante do que o próprio déficit é o impacto, ao lado do crescimento do **PIB** e da taxa de juros real da economia, que o resultado primário tem sobre a trajetória da dívida pública. Em novembro, a dívida bruta do governo geral (DBGG) estava em 73,8% do Produto Interno Bruto (**PIB**), segundo o Banco Central. Por si só, já é um ponto de partida mais elevado do que a dívida dos países emergentes - que em 2022, segundo o próprio Tesouro, estava em média em 64%, sempre em relação ao **PIB**.

Mas ainda mais preocupante é a trajetória prevista para o indicador ao longo dos próximos anos no Brasil. A projeção mediana do mercado, segundo o relatório de dezembro que antecedeu a mais recente reunião do Comitê de Política Monetária (Copom), era que a DBGG subiria pelo menos até 2032, alcançando 92%. A Instituição Fiscal Independente (IFI), ligada ao Senado, tem projeção semelhante em seu cenário-base: 91,7%. O Tesouro, por sua vez, calcula trajetória mais otimista, com a DBGG se estabilizando em torno de 76% já neste ano e caindo lentamente a partir de 2028.

Um adendo que precisa ser feito é que, desde a pandemia, analistas vêm encontrando dificuldades para adequar seus modelos e calcular uma série de

variáveis econômicas. Isso já levou

o mercado nos últimos anos a superestimar algumas vezes a trajetória prevista para a dívida pública. Outro adendo é que o mundo inteiro, e não somente o Brasil, saiu muito mais endividado da pandemia.

Até aqui a economia brasileira tem se beneficiado da perspectiva de cortes de juros nos Estados Unidos, de saldos recordes na balança comercial, do elevado estoque de reservas internacionais (US\$ 353 bilhões até a semana passada) e de uma **inflação** que começou a cair antes do que caiu em boa parte do mundo. Tudo isso significa, por diferentes canais, maior segurança para o financiamento da dívida pública.

Ainda assim, a trajetória prevista pelo mercado para o indicador preocupa. Nesta segunda, durante evento promovido pelo UBS BB, o CEO da SPX Capital, Rogério Xavier, alertou por exemplo para a necessidade de "todos os olhares" estarem voltados para a China. "É dali que vem o risco", afirmou, citando problemas no mercados imobiliário e financeiro chineses.

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, vem fazendo um grande esforço para, pelo lado das receitas, melhorar o resultado primário e colocar a dívida pública em uma trajetória de estabilidade. Mas para alcançar esse objetivo é importante que o governo federal mostre também como pretende cortar despesas, o que ainda não aconteceu.

"Todos os olhares estão voltados para a China. É dali que vem o risco" Rogério Xavier

Site: <https://valor.globo.com/virador/#!/edition/187777>

Os equívocos das projeções econômicas de 2023

Opinião

FERNANDO FERRARI FILHO , professor titular aposentado da UFRGS

MARCO FLÁVIO DA CUNHA RESENDE , professor titular da UFMG e pesquisador do CNPq

Após as eleições presidenciais de 2022, em que o país saiu politicamente dividido, a maioria das entidades empresariais e dos economistas do mercado projetava o colapso da economia brasileira no primeiro ano do governo Lula III. As projeções econômicas previam que o **PIB** continuaria estagnado, o IPCA fecharia o ano acima da meta inflacionária, o desemprego aumentaria, o câmbio seria desvalorizado, a Selic manter-se-ia em 13,75% ao ano, ou até subiria, e a relação dívida pública bruta/**PIB** estaria próxima a três dígitos.

Passados 12 meses, os referidos indicadores foram os seguintes: o **PIB** acumulado em quatro trimestres, tendo como referência o terceiro trimestre do ano, cresceu 3,1%; o IPCA fechou o ano em 4,62%; a taxa de desemprego trimestral - período setembro-novembro - foi de 7,5%; a taxa de câmbio ao final de dezembro fechou em R\$ 4,85/US\$ 1,00; a taxa básica de juros caiu para 11,75% ao ano - ainda elevada, diga-se de passagem, devido ao conservadorismo do Banco Central do Brasil (BCB) - e a dívida pública bruta, resultado para outubro, atingiu 74,7% do **PIB**. Enfim, os resultados dos indicadores macroeconômicos contrariaram as projeções econômicas pessimistas.

Ademais, se não bastassem os equívocos das referidas projeções, o governo conseguiu a aprovação no Congresso Nacional, mesmo tendo minoria parlamentar, do Regime Fiscal Sustentável (RFS), que assegura a sustentabilidade intertemporal da dívida pública, e da **reforma tributária**. Consequentemente, não somente o mercado ficou mais otimista com os rumos econômicos do país, bem como algumas agências internacionais de rating elevaram o risco de crédito do Brasil, tornando-o mais próximo da obtenção do grau de investimento .

Diante do exposto, duas questões: por que as projeções se equivocaram ? E o que esperar em 2024? Sobre os equívocos de previsão, por mais que

o futuro seja condicionado por incertezas radicais, conforme afirmava Keynes, não é demais mencionar que análises econômicas têm que ser baseadas na racionalidade teórico-empírica e não no viés político-ideológico, o que, a nosso ver, talvez tenha condicionado aquelas elaboradas ao final de 2022. Mais especificamente, projeções são mais críveis quando baseadas na racionalidade teórico-empírica e, por conseguinte, quem as faz tende a errar menos, pois, em passant, economia, antes de tudo, é uma ciência.

Quanto às perspectivas para 2024, o compromisso do governo em zerar o deficit fiscal, o que restringe os investimentos em programas sociais e, principalmente, em infraestrutura, a queda lenta e gradual da Selic e um cenário internacional menos favorável - política e economicamente - condicionarão a performance da economia brasileira.

Como a dinâmica político-econômica do cenário internacional é uma variável exógena, centremos as atenções nos pontos fiscal e monetário. No que diz respeito à questão fiscal, um novo ciclo de aceleração do crescimento depende da retomada do investimento privado. A confiança em um futuro promissor, requerida para destravá-lo, está relacionada à expectativa da aceleração do crescimento econômico e da estabilização da dívida pública/**PIB**, sendo que ambos os condicionantes estão conectados. Logo, a dinâmica do crescimento depende de investimentos públicos e da cooperação entre Mercado e Estado. Em suma, política fiscal contracíclica.

Neste particular, o RFS tem forte componente pró-cíclico, visto que a despesa pública somente poderá crescer até 70,0% do aumento da arrecadação, que, por sua vez, caminha pari passu com o aumento do **PIB**. Soma-se aos efeitos dessa pró-ciclicidade do **RFS** a meta de deficit zero para este ano, o que levará à necessidade de novas reformas constitucionais para cortar direitos à educação, saúde e previdência públicas.

Quanto à política monetária, é pouco provável que no ano em curso, o BCB, ainda sob a gestão de Roberto Campos Neto, reduza a Selic de forma mais acentuada, o que acaba desestimulando o crédito e os consumo e investimento privados e pressiona o custo financeiro da dívida pública. Enfim, diante do exposto,

as expectativas para 2024, sob a ótica produtiva, são crescimento mais moderado e nível de emprego estável.

Dê a sua opinião! O Correio tem um espaço na edição impressa para publicar a opinião dos leitores pelo e-mail sredat.df@dabr.com.br

Site:

<http://www.correio braziliense.com.br/opinia o/2024/01/6794561-os-equivocos-das-projecoes-economicas-de-2023.html>

Mercadante nega que juro menor para NIB afete política monetária

Paula Martini e Rodrigo Carro

Em meio a críticas de economistas à nova política industrial, o vice-presidente e ministro de Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, Geraldo Alckmin, e o presidente do BNDES, Aloizio Mercadante, voltaram a defender o programa Nova Indústria Brasil (NIB) nesta segunda-feira (29).

Na abertura do B20, reunião de líderes empresariais que antecede a reunião de chefes de Estado do G20, em novembro, no Rio, eles afirmaram que uma pequena parte das linhas de financiamento do novo programa será subsidiada. O evento é o primeiro encontro da agenda dos grupos do Business 20, o braço de negócios do G20.

O presidente do BNDES refutou a hipótese de que a concessão de juros mais baixos por parte do banco de fomento possa afetar a política monetária do país. Segundo ele, o BNDES responde por apenas 1,3% do crédito concedido em território nacional.

"Em economia, o rabo não abana o cachorro. Nós não temos tamanho para interferir na potência da política monetária", declarou após participar da abertura do B20, na Federação das Indústrias do Estado do Rio (Firjan).

A fala foi uma resposta a críticas de economistas que apontam que o aumento de crédito pelo banco pode impactar a trajetória de queda da taxa básica de juros, a Selic. "Tanto não tem procedência que a taxa de juros vem caindo. E poderia ter caído mais cedo", emendou Mercadante.

Ele também afirmou que o volume de crédito subsidiado no universo de financiamentos do banco é "muito pequeno" e representa 19% das operações atuais do BNDES.

Alckmin defendeu a necessidade de crédito para financiar a indústria e exportações. Segundo ele, o encolhimento da fatia da indústria nacional no PIB nas últimas décadas e a perda de participação do Brasil no comércio exterior têm relação com a redução de crédito para ambas as atividades.

O vice-presidente ressaltou que a Taxa Referencial (TR), com custo inferior a de mercado, será destinada

apenas para projetos de inovação tecnológica. O Programa Mais Inovação, operado pelo BNDES e pela Finep, oferece crédito a condições de Taxa Referencial (TR)+2% e está dentro da Nova Indústria Brasil (NIB).

"O que queremos é uma indústria inovadora, sustentável, com descarbonização. Uma indústria exportadora, e com competitividade", disse Alckmin.

Para economistas, no entanto, a menor remuneração do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), principal fonte de recursos do BNDES, para o Mais Inovação faz com que um ativo do governo renda menos, o que pode ampliar o déficit nominal do país.

Na abertura do evento, o presidente do BNDES afirmou que o Brasil é "compelido" a ter uma política de proteção comercial para preservar a indústria. Isso seria necessário, segundo Mercadante, para que o país possa enfrentar o processo de desindustrialização dos países do chamado Sul Global. O quadro, sustentou, seria agravado pelos incentivos dados por países mais ricos aos seus setores produtivos.

A fala foi na contramão do que pregou o presidente do Fórum Econômico Mundial, Borge Brende. Em discurso na mesma reunião de líderes empresariais, Brende criticou a imposição de barreiras comerciais. Ele afirmou que conflitos geopolíticos e guerras comerciais podem ser obstáculos ao crescimento global. "Temos que evitar novas tarifas, novas barreiras para comércio, guerras comerciais. Isso pode ter um impacto muito negativo", afirmou Brende em participação posterior a de Mercadante e Alckmin (ver reportagem ao lado).

O vice-presidente destacou que o Brasil vive um novo momento de abertura ao comércio exterior, com o acordo assinado com Cingapura e tratativas abertas com União Europeia e outros blocos econômicos. "Temos inúmeras possibilidades de acordos comerciais, e a **reforma tributária** vai desonerar completamente investimentos e exportações.

A reforma traz eficiência econômica e fortalece o comércio exterior", disse Alckmin.

Além do subsídio via BNDES, outra preocupação dos economistas é com uma possível ampliação dos

recursos destinados à nova política industrial.

Em entrevista ao Valor na quinta-feira, Alckmin afirmou que o programa pode ter recursos adicionais além dos R\$ 300 bilhões anunciados inicialmente.

"Barreiras ao comércio terão impacto muito negativo"

B rge Brende

Site:

**[https://valor.globo.com/virador/#/edition/187777?page=1
§ion=1](https://valor.globo.com/virador/#/edition/187777?page=1§ion=1)**

Dólar testa R\$ 4,95 em ajustes antes do Fed

Arthur Cagliari, Augusto Decker, Gabriel Roca e Eduardo Magossi De São Paulo

Com os participantes do mercado ansiosos pelas decisões de política monetária do Federal Reserve (Fed) e do Banco Central do Brasil, um ajuste relevante de posições tomou conta dos mercados financeiros globais na sessão de ontem. Rumores em tomo de um fluxo de saída de capital estrangeiro dominaram a sessão local, em um dia que terminou com os ativos brasileiros penalizados: o real se desvalorizou, a bolsa caiu e os juros futuros subiram.

O câmbio foi, novamente, o mercado mais afetado pela virada de humor no exterior. O dólar encerrou o dia em alta de 0,71%, negociado a R\$ 4,9453, após ter novamente ultrapassado o nível psicológico de R\$ 4,95 na máxima.

Na semana passada, o real já havia sido penalizado e, momentaneamente, o dólar chegou a superar a barreira dos R\$ 5, em movimentos que guardam relação direta com o posicionamento dos agentes via derivativos. De acordo com dados da B3, na semana passada o investidor estrangeiro aumentou a posição comprada (aposta na alta) em dólar em cerca de US\$ 600 milhões, enquanto o investidor institucional local reduziu sua posição vendida (aposta na queda) em dólar em US\$ 1,52 bilhão.

"A recente venda de reais é, em nossa opinião, mais um ajuste técnico do que uma mudança fundamental da maré", diz a equipe de estratégia de câmbio e juros para América Latina do J.P. Morgan, comandada por Tania Escobedo Jacob. Para eles, o posicionamento "pesado" em real, como observado recentemente, em especial entre os investidores locais, "reduz espaço para ganhos no mercado "spot" [à vista] em posições compradas em real e torna a moeda mais propensa a movimentos bruscos, desencadeados por correções técnicas".

A esse fator se soma, ainda, a retirada de R\$4,81 bilhões do mercado secundário de ações da B3 neste ano pelo investidor estrangeiro, na medida em que um processo de re-precificação da política do Fed segue em vigor. Além disso, as dúvidas sobre a recuperação da economia chinesa voltam a figurar entre as atenções principais dos investidores, após a Justiça de Hong Kong ter decretado a liquidação da gigante imobiliária Evergrande.

Para a economista Cristiane Quartaroli, do Ouribank, a

reprecificação das expectativas em torno dos cortes de juros do Fed e os dados mais fortes da economia americana ajudam o dólar a se valorizar globalmente. "É possível que o PIB mais forte que o esperado, mostrando resiliência da atividade, fortaleça o dólar justamente porque mostra que a economia americana é mais forte que as emergentes, por exemplo. Nesse caso, o fluxo acaba indo para lá mesmo", afirma.

Com destaque para o setor de tecnologia, a sessão de ontem foi novamente de ganhos em Wall Street, o que marca uma diferença em relação ao desempenho do Ibo-vespa. Além da decisão do Fed, é alta a expectativa pelos balanços trimestrais de gigantes de tecnologia, como Microsoft (+1,43%) e Meta Platforms (+1,75%). Assim, em Nova York, o índice eletrônico Nasdaq subiu 1,12%, em um desempenho mais forte que o do Dow Jones (+0,59%) e o do S P500 (+0,76%).

Vale notar que o bom desempenho dos mercados acionários americanos veio após o Departamento do Tesouro dos EUA ter reduzido a expectativa para o volume de emissões de Treasuries neste primeiro trimestre. A possibilidade de uma pressão menor pelo lado da oferta de títulos públicos americanos deu alívio às taxas dos Treasuries, o que se refletiu nas bolsas em Nova York.

Alguns reflexos também foram observados no mercado local. O Ibovespa, que chegou a operar na casa dos 127 mil pontos, encerrou a sessão em queda de 0,36%, aos 128.503 pontos. Já os juros futuros subiram, mas encerraram a sessão afastados das máximas, enquanto os agentes já aguardam o Copom. A taxa do DI para janeiro de 2027 passou de 9,785% para 9,835%.

Segundo o economista-chefe do Banco Fibra, Marco Maciel, o comitê deverá buscar a desaceleração da **inflação** de serviços subjacentes ao longo do primeiro semestre deste ano, não só em função do seu peso no IPCA, mas principalmente porque ela é caracterizada por maior inércia inflacionária.

"O sucesso no controle do crescimento da demanda agregada doméstica via redução mais parcimoniosa da Selic implica a diminuição da inércia inflacionária do núcleo de serviços subjacentes. Apesar disso, nós mantemos a nossa expectativa de queda da Selic rumo a 9% no fim de 2024", diz Maciel.

"A recente venda de reais é mais um ajuste técnico do

que uma mudança fundamental da maré" Tania E.
Jacob

Site: <https://valor.globo.com/virador#/edition/187777>

Tesouro Direto terá título para aluguel e financiamentos em 2024

Guilherme Pimenta, Estevão Tair e Lu Aiko Otta De Brasília

O secretário do Tesouro Nacional, Rogério Ceron, afirmou em entrevista ao Valor que o órgão deve lançar, ainda este ano, o título do Tesouro Direto para garantia de aluguel e financiamentos, bem como novos produtos voltados às mulheres. As iniciativas são parte do projeto de ampliar a oferta de investimentos por meio do Tesouro Direto. O programa ganhou 35,7 mil investidores em dezembro e já atinge 2,4 milhões de pessoas com saldo.

"Este ano tem bastante novidade no Tesouro Direto, que teve um 2023 muito bom, funcionou bem", avaliou. "Não é pouca coisa. São quase 2,5 milhões de investidores no total. Agora, a ideia é qualificar um pouco", disse.

Com a iniciativa voltada para aluguel, a intenção é permitir o uso de títulos públicos como garantia em financiamentos bancários e locação de imóveis. Os detalhes ainda estão sendo fechados.

Outra meta para 2024 é aumentar a participação de mulheres, com a intenção de levar a educação financeira e o planejamento financeiro ao público feminino. Hoje, as mulheres correspondem a somente 26,6% dos investidores. "A partir da dificuldade de ter o planejamento, a independência financeira, as mulheres acabam muitas vezes vivendo situações de vulnerabilidade. Queremos atrair mais gente, popularizar o acesso e, de alguma forma, contribuir com questões que se relacionam a educação financeira e sociais, que são importantes para a sociedade", complementou.

Em 2023, a atual gestão do Tesouro lançou o Tesouro Educa+, que tem o objetivo de estimular as famílias na formação de uma poupança para financiar o estudo dos filhos na universidade, com investidores cadastrados até 15 anos de idade. No ano, foi registrado aumento de 83% no número de contas ativas de crianças e adolescentes (menores de 18 anos), chegando a 28.426 contas em 2023, enquanto esse título registra R\$ 150 milhões em estoque.

Ainda em 2023, houve o lançamento do RendA+, que tem o objetivo do planejamento para a aposentadoria. Esse título já está nas mãos de 70 mil investidores,

somando R\$ 1,5 bilhão em estoque.

Ontem, a Fazenda informou que o Tesouro Direto teve emissão líquida de R\$ 848 milhões em dezembro. Com isso, considerando o ano todo, a emissão líquida chegou a R\$ 10,934 bilhões. Já o estoque do programa atingiu R\$ 128,2 bilhões em 2023, alta de 22% em relação a dezembro do ano anterior.

Foram realizadas no mês passado aproximadamente 600 mil operações, que captaram R\$ 3,23 bilhões, enquanto os resgates somaram R\$ 2,38 bilhões.

Por sua vez, o número de investidores ativos do Tesouro Direto, que têm alguma aplicação no programa, subiu 35,78 mil na comparação mensal, atingindo 2,479 milhões.

Já as aplicações de até R\$ 1 mil representaram 63,2% do total em dezembro, enquanto o valor médio das operações foi de R\$ 5.376,50.

Em relação ao prazo, foram vendidos principalmente títulos com vencimentos entre cinco e dez anos (53,5%), seguido por aqueles papéis com vencimento entre um e cinco anos (33,8%) e os acima de dez anos (12,7%).

Levando em conta o estoque, os títulos com vencimento entre um e cinco anos são os mais representativos (44,4%), seguidos por aqueles com vencimentos acima de cinco anos (42,1%) e até um ano (13,5%).

Os títulos com maior demanda no mês passado foram os indexados à Selic, somando 70,3% do total. Na sequência, vieram aqueles indexados à **inflação** (20,6%) e prefixados (9%).

Considerando apenas o estoque, os títulos indexados à **inflação** são os mais representativos (48,7%), seguidos pelos indexados à Selic (37,6%) e prefixados (13,7%).

Já no acumulado do ano foram realizadas 7,15 milhões de operações, alta de 6,2%, com valor médio de R\$ 6.522,38. O número de investidores ativos cresceu 16,5% ao longo de 2023.

Site: <https://valor.globo.com/virador#/edition/187777>

Nova portaria permite estender o Desenrola

O Ministério da Fazenda publicou ontem no Diário Oficial da União (DOU) nova portaria sobre o Desenrola Brasil, prorrogado até março. O ato traz procedimentos a serem adotados pelos agentes financeiros no caso de inadimplência de operações de crédito do programa após serem honradas pelo Fundo de Garantia de Operações (FGO), e ainda alterações na regra anterior sobre abrangência do programa e acesso à plataforma de renegociação de dívidas.

O texto também disciplina as condições de realização dos leilões de descontos concedidos pelos credores neste prazo estendido do programa. Quanto aos casos de inadimplência, a portaria também estabelece que os agentes financeiros deverão adotar uma estratégia de renegociação semelhante a aquelas usadas para créditos próprios.

"Nas propostas de renegociação, os agentes financeiros poderão conceder descontos, observadas as condições e os limites estabelecidos no estatuto do FGO", detalha a norma.

"A renegociação deverá ser precedida de avaliação de risco de crédito e o agente financeiro deve obedecer às melhores práticas de controle, inclusive avaliação de risco de carteira de acordo com procedimentos transparentes de governança corporativa", acrescenta o texto.

A nova portaria, que é assinada pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad, diz que também serão admitidas no Desenrola Brasil Faixa 1 as dívidas que cumulativamente tenham sido removidas de cadastros de inadimplentes por terem sido adquiridas por terceiros - inclusive empresas securitizadoras e fundos de investimento em direitos creditórios - tenham sido reinseridas pelo adquirente em cadastros de inadimplentes entre os dias 1º de janeiro de 2023 e 28 de junho de 2023 e que estavam com o registro ativo em 28 de junho do ano passado.

ORIENTAÇÕES

Para ampliar a adesão de devedores, agora o interessado poderá acessar a plataforma digital do Desenrola Brasil para renegociar suas dívidas mediante o pagamento à vista ou por contratação de operação de crédito com garantia do FGO por meio da conta pessoal no Portal "Gov.br" com nível de certificação digital que seja ouro, prata ou bronze.

Também é possível fazer o acesso pelas plataformas

de renegociação vinculadas a gestores de cadastro de inadimplentes e igualmente pelos canais de negociação de agentes financeiros do programa.

A portaria estabelece ainda que, para as renegociações solicitadas a partir de 1º de fevereiro deste ano, o saldo devedor contratual da dívida será atualizado pela entidade operadora em 1,62%, taxa que é correspondente ao Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), indicador oficial de **inflação** que é apurado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

A medição é estabelecida para o período de junho a dezembro de 2023.

Site:

<https://digital2.correiodopovo.com.br/pub/correiodopovo/index.jsp?serviceCode=logon&edicao=10973>

Argentina: maior inflação do mundo

A Argentina fechou 2023 com a maior **inflação** do mundo. No país vizinho, a carestia ficou em 211%, de acordo com o Banco Central argentino. Este índice foi o mais alto no país desde o início da década de 1990.

Com esse dado, a Argentina ultrapassa o Líbano, que registrou **inflação** de 192,3% em 2023. A diferença é de quase 20 pontos percentuais abaixo do resultado da Argentina. Na América do Sul, a Venezuela também ostenta uma alta **inflação**, embora menor do que na Argentina. Segundo o Banco Central venezuelana, esse dado no país foi de 189,8% no ano de 2023. Até então, os venezuelanos sofriam com o fato de país ter a **inflação** mais alta da América do Sul.

Javier Milei, eleito presidente em novembro de 2023, vem implantando agenda de reformas e de corte nos gastos públicos. O objetivo dessas medidas, de acordo com o presidente, é derrubar a **inflação**, reduzir um déficit fiscal profundo e reconstruir os cofres do governo.

Milei advertiu, porém, que a estabilização da economia levará tempo e que as coisas podem piorar antes de melhorar. Muitos argentinos estão reduzindo os gastos ainda mais, sendo que dois quintos já estão na pobreza. Na Argentina, o setor que registrou maior aumento foi o de Saúde, com 15,9%, impulsionado por um aumento no preço dos medicamentos, muito ocasionado por uma escassez de insumos de produção.

Site:

<http://www.impresso.diariodepernambuco.com.br/noticia/cadernos/mundo/2024/01/argentina-maior-inflacao-do-mundo.html>